



TERMO DE FOMENTO Nº 1271000117 /2017

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE
SI CELEBRAM O ESTADO DE
MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE ESTADO DE
CULTURA - SEC E A ASSOCIAÇÃO
CULTURAL DE PERDÕES PARA OS
FINS QUE ESPECIFICA.

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/Minas Gerais, neste ato representada por seu titular Angelo Oswaldo de Araujo Santos, brasileiro, portador da CI nº M 195.169 – SSP/MG e do CPF nº 055.593.596-53, residente e domiciliado em Ouro Preto/Minas Gerais, doravante denominada **SEC**, e a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PERDÕES**, organização da sociedade civil, doravante denominado OSC, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, CNPJ nº 15.010.043/0001-25, com sede na Rua João Aquiles Rodrigues, nº 08, Bairro Casana, Perdões, Minas Gerais, neste ato representado na forma de seu estatuto por seu Presidente, Breno Silva Alvarenga, brasileiro, portador da CI nº M- 1.553.598– SSP/MG e do CPF nº 395.503.546-87, residente e domiciliada em Perdões/MG, doravante denominada **OSC**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento no disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e do Decreto Estadual nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017 , mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **TERMO DE FOMENTO** tem por objeto a aquisição de instrumentos e acessórios musicais para a Associação Cultural de Perdões.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os parceiros obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente **TERMO DE FOMENTO**, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os parceiros.

Parágrafo Único - O Plano de Trabalho da parceria poderá ser revisto, mediante termo aditivo ou certidão de apostilamento, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste **TERMO DE FOMENTO** e os previstos na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e suas alterações:

Lara Soares Lasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8



Brasão



I - Da OSC

- a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas pactuadas, a legislação pertinente e o Plano de Trabalho deste TERMO DE FOMENTO aprovado pela Secretaria de Estado de Cultura, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- b) Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este TERMO DE FOMENTO na conta bancária específica de que trata a Cláusula Sexta inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- d) Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- e) Executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- f) Prestar contas à **SEC**, após o encerramento da vigência do **TERMO DE FOMENTO**, sobre o cumprimento do objeto da parceria, o alcance das metas e dos resultados pactuados e da boa e regular aplicação dos recursos, nos termos do capítulo IV da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e da Cláusula Décima Segunda;
- g) Responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do Plano de Trabalho, observando-se o disposto no inciso VI do art. 11, inciso I do caput e §3º do art. 46 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **SEC** a inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) Permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho Estadual de Política Cultural, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA – e servidores do Sistema de Controle Interno da **SEC**, da Controladoria-Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os processos, documentos e informações relativos à execução do objeto do **TERMO DE FOMENTO**, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;



Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS

- i) Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste **TERMO DE FOMENTO** em conformidade com o objeto pactuado;
- j) Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste **TERMO DE FOMENTO**, restituir por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE – os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, conforme art. 52 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- k) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este **TERMO DE FOMENTO**, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- l) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades e cumprimento do objeto deste instrumento;
- m) Manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33, 34 e 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- n) Comunicar a **SEC** suas alterações estatutárias e de dirigentes, após o registro em cartório;
- o) Divulgar na internet, quando tiver página própria, e em locais visíveis da sede social da **OSC**, todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- p) Submeter previamente à **SEC** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- q) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- r) Providenciar licenças e aprovações de projetos emitidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, nos termos da legislação aplicável.
- s) Quando os custos indiretos forem pagos também por outras fontes, a OSC deve apresentar a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela dos custos indiretos.
- t) Manter o correio eletrônico, os telefones de contato e o endereço da OSC e de seu representante legal atualizados no CAGEC,
- u) Apresentar ao CAGEC alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver;

Lara Soares Casa Santa Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8



Bhly



- v) Informar ao órgão ou entidade estadual parcerias eventuais alterações dos membros da equipe de contato da OSC da parceria.
- w) Não divulgar os dados a que tenha acesso em virtude da parceria ou repassá-los a terceiros, ainda que após o término da vigência do ajuste, salvo com autorização expressa e formal do órgão ou entidade parceira ou em virtude de legislação específica que determine a sua divulgação;
- x) Não remunerar, a qualquer título, com os recursos da parceria:
 - I. Membro de Poder;
 - II. Servidor ou empregado público, inclusive o que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da administração pública direta e indireta dos entes federados, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
 - III. Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de servidor ou empregado público do órgão ou entidade estadual parceiro, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
 - IV. Pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou o patrimônio público e eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores pelo prazo de dez anos a contar da condenação.

II – DA SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA – SEC

- a) Promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, realizando o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos;
- b) Prorrogar de “ofício” a vigência do TERMO DE FOMENTO, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- c) Monitorar e avaliar a execução do objeto deste TERMO DE FOMENTO, por meio de diligências e visitas técnicas in loco, quando necessário;
- d) Comunicar à **OSC** quando identificadas quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo quarenta e cinco dias para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- e) Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do **TERMO DE FOMENTO**, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASC: 1365641-8



BSAly



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS

- f) Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos do inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- g) Designar o gestor do **TERMO DE FOMENTO**, observado o inciso VI do art. 2º e o art. 61 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- h) Retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- i) Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Secretaria de Estado de Cultura assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei Federal nº 13.019, de 2014; Publicar, na Imprensa Oficial do Estado, extrato do **TERMO DE FOMENTO**;
- j) Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo Plano de Trabalho, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- k) Exercer atividade de controle e fiscalização sobre a execução do **TERMO DE FOMENTO**, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- l) Informar à **OSC** os atos normativos e orientações da **SEC** que interessem à execução do presente **TERMO DE FOMENTO**;
- m) Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente **TERMO DE FOMENTO**, observado o Capítulo VI da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- n) Proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e Decreto Estadual nº 46.830, de 16 de setembro de 2015;
- o) Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, aplicar as penalidades previstas na legislação, quando for o caso, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;
- p) Caso haja indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública ou de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações podem ser estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da OSC, conforme art. 50 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), representar junto ao Ministério Público e à Advocacia-Geral

Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8



B. A. L.



do Estado, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da **OSC** e o sequestro dos bens de seus dirigentes e de agente público ou terceiro que possa haver enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução das atividades previstas neste **TERMO DE FOMENTO** serão disponibilizados recursos no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser repassado à **OSC** em parcela única, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, e guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto.

As despesas para a implementação do Programa de Trabalho estabelecido neste **TERMO DE FOMENTO** ocorrerão à conta do orçamento vigente, na dotação orçamentária:

Valor (R\$)	Dotação Orçamentária / Fonte
R\$ 15.000,00	1271.13.392.140.4364.0001.4450.4101.1.10.8

Parágrafo Primeiro – Os recursos repassados pela **SEC** à **OSC** na conta bancária específica do **TERMO DE FOMENTO**, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, e em Certificados de Depósito Interbancário – CDI –, quando sua utilização estiver prevista para prazos inferiores a um mês.

Parágrafo Segundo – Os recursos transferidos e seus rendimentos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, vedada a sua aplicação em finalidade diversa, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Parágrafo Terceiro - Os recursos do **TERMO DE FOMENTO** geridos pela **OSC** estão vinculados ao Plano de Trabalho aprovado e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Parágrafo Quarto - Quaisquer despesas, inclusive com consultorias ou assessorias externas, não previstas inicialmente no Plano de Trabalho aprovado devem estar relacionadas ao objeto do **TERMO DE FOMENTO** e ser aprovadas prévia e formalmente pela **SEC**.

CLÁUSULA QUINTA– DA CONTA BANCÁRIA E SUAS MOVIMENTAÇÕES

Os recursos recebidos em decorrência do presente **TERMO DE FOMENTO** serão depositados na conta corrente exclusiva de nº 1578-0, Agência 1443-5 (Perdões), Caixa Econômica Federal (104), isenta de tarifa bancária, e liberados em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

Lara Soares Casa Santa Latorre
Diretora de Contas e Prestação de Contas
MOSP: 1365641-8



BAL



Parágrafo Primeiro - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do **TERMO DE FOMENTO** e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da **OSC** e anuência prévia da **SEC**, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Parágrafo Segundo – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do **TERMO DE FOMENTO**, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos por meio de Documento de Arrecadação Estadual no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de tomada de contas especial.

Parágrafo Terceiro – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

- a) Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores, prestadores de serviços e trabalhadores.

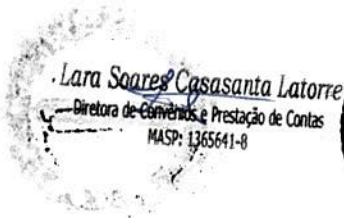
CLÁUSULA SEXTA- DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - É vedado à **OSC**, sob pena de rescisão do ajuste:

- a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.
- c) contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da **SEC**, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica;
- d) pagar despesa em data anterior à publicação do **TERMO DE FOMENTO**;
- e) pagar despesa em data posterior ao término da execução do **TERMO DE FOMENTO** quando o fato gerador da despesa não tenha ocorrido durante sua vigência.

Parágrafo Segundo - Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no Plano de Trabalho, as despesas relacionadas à execução da parceria nos termos do art. 46 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.



BAly



Parágrafo Terceiro - A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela **SEC**.

Parágrafo Quarto - A **OSC** deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

Parágrafo Quinto - Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10(dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela **SEC** por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular do **TERMO DE FOMENTO**.

Parágrafo Primeiro – O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação do presente Termo de Fomento e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade da apresentação de Prestação de Contas devida pela **OSC**.

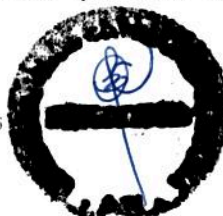
Parágrafo Segundo - As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de o gestor solicitar à **OSC** a apresentação do extrato da conta bancária para consulta às movimentações da conta bancária específica do **TERMO DE FOMENTO**, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

Parágrafo Terceiro - A **SEC** designará a Sr. Marco Tulio Costa Barbosa, Masp – 1.392.575-5, que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução com visitas **in loco**.

Parágrafo Quarto - A **SEC** poderá realizar visita técnica **in loco** para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto do **TERMO DE FOMENTO** e do alcance das metas, hipótese em que a **OSC** poderá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

Parágrafo Quinto - Sempre que houver visita técnica **in loco**, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica **in loco**, que será enviado à **OSC** para

Lara Soares Casasanta
Diretora de Contábil e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8



BCA Ly



conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da SEC.

Parágrafo Sexto - A visita técnica **in loco** não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela SEC, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA OITAVA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A OSC está obrigada a prestar contas finais da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência da parceria, conforme estabelecido nas cláusulas constantes do presente instrumento, e em observância do disposto nos art. 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Parágrafo Primeiro – A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam a SEC avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

Parágrafo Segundo - Para fins de prestação de contas final, a OSC deverá apresentar **relatório final de execução do objeto**, que conterá, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

- I - a demonstração do alcance das metas;
- II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
- V - informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- VI - informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local, entre outros;
- VII - informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- VIII - justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso;
- IX - o comprovante de transferência de recursos correspondente à reserva para pagamento das verbas rescisórias para outra conta em nome da OSC; e
- X - comprovante de pagamento do DAE demonstrando a devolução dos saldos financeiros remanescentes.

Parágrafo Terceiro - Quando a OSC não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a SEC exigirá a apresentação de **relatório de execução financeira**, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação que deverá conter:


Lard Soares Casagrande Latorre
Diretor de Controle e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8





- I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- III - o extrato da conta bancária específica;
- IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, incluindo custos indiretos e despesas com pessoal, quando for o caso;
- V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Parágrafo Quarto - A análise do **relatório de execução financeira**, quando exigido, será feita pela **SEC** e contemplará:

- I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;
- II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Parágrafo Quinto - A análise da prestação de contas final pela **SEC** será formalizada por meio de **parecer técnico conclusivo**, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

- I - o relatório final de execução do objeto;
- II - relatório de visita técnica **in loco**, quando houver; e
- III - relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

Parágrafo Sexto - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no Plano de Trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de a análise de que trata o **parágrafo nono** concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no Plano de Trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a **OSC** para que apresente **relatório final de execução financeira**.

Parágrafo Oitavo - O **parecer técnico conclusivo** da prestação de contas final embasará a decisão do ordenador de despesas e poderá concluir pela:

- I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas do Termo de Fomento;
- II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou
- III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:



Handwritten signature



- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Parágrafo Nono - A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria.

Parágrafo Décimo - O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

Parágrafo Décimo Primeiro - O prazo de análise da prestação de contas final pela administração pública estadual será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado pelo ordenador de despesas justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

Parágrafo Décimo Segundo - O transcurso do prazo definido no **parágrafo décimo primeiro**, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Parágrafo Décimo Terceiro - Se o transcurso do prazo definido no **parágrafo décimo primeiro**, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da **SEC**, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela **SEC**, sem prejuízo da atualização monetária.

CLÁUSULA NONA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional relacionada ao presente **TERMO DE FOMENTO** serão, obrigatoriamente, seguidas as orientações contidas no Manual de Identificação Visual do Governo do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Primeiro – É vedada à **OSC** a realização de qualquer ação promocional relativa ao objeto deste **TERMO DE FOMENTO** sem o consentimento prévio e formal da **SEC**. Caso a **OSC** realize ação promocional sem a aprovação da **SEC**, o valor gasto deverá ser restituído à conta do Termo e o material produzido deverá ser recolhido.

Parágrafo Segundo – A divulgação de resultados técnicos, bem como todo e qualquer ato promocional relacionado ao desenvolvimento ou inovação tecnológica e/ou metodológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente **TERMO DE FOMENTO** deverá

Lara Souza
Diretora de Contas e Prestação de Contas
1365641-8





apresentar a marca do Governo do Estado de Minas Gerais citando a **SEC**, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal da **SEC**.

Parágrafo Terceiro – A **SEC** deverá assegurar que em qualquer peça gráfica ou divulgação em meio audiovisual relativas ao **TERMO DE FOMENTO**, a política pública em execução ou seus resultados, o Governo do Estado de Minas Gerais conste como realizador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Este presente **TERMO DE FOMENTO** terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, computando-se, neste prazo, o previsto para execução do objeto da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este **TERMO DE FOMENTO** poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, inclusive Plano de Trabalho, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo ou certidão de apostilamento, de comum acordo entre os parceiros, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes, por escrito.

Parágrafo Primeiro – A vigência do **TERMO DE FOMENTO** pode ser prorrogada, para cumprir plano de trabalho, mediante termo aditivo, por solicitação da **OSC** ou da **SEC**, devidamente fundamentada, e apresentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo de execução do presente **TERMO DE FOMENTO**.

Parágrafo Segundo – A **SEC** prorrogará “de ofício” a vigência deste **TERMO DE FOMENTO**, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Terceiro - Havendo adimplemento do objeto, a **SEC** poderá prorrogar a vigência do **TERMO DE FOMENTO** mediante Termo Aditivo, para ampliação do objeto com saldos financeiros residuais, nos casos de rendimentos financeiros ou economia na execução, mediante alteração do Plano de Trabalho e análise jurídica prévia, nos termos do parágrafo único do art. 51 e art. 57 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente **TERMO DE FOMENTO** poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8



B. A. Ly



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

Parágrafo Primeiro - Os recursos a serem restituídos na forma do *caput* incluem:

- I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado; e
- II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada, inclusive em prestação de contas, ou à prestação de contas não apresentada;

Parágrafo Segundo - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Parágrafo Terceiro - Os débitos a serem restituídos pela **OSC** observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, calculada no sítio www.receita.fazenda.gov.br, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES E DO DIREITO AUTURAL

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Fomento, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da **OSC**, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.

Parágrafo Primeiro - Para os fins deste ajuste, considera-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

Parágrafo Segundo - Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a **OSC**, observados os seguintes procedimentos:

- I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
- II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Contratos e Prestação de Contas
MARCIA LATORRE





Parágrafo Quarto – O Estado de Minas Gerais será considerado coautor do programa, projeto ou atividade objeto da parceria, para fins de definição dos direitos autorais, de imagem e da propriedade, inclusive intelectual.

Parágrafo Quinto - As obras, interpretações ou execuções, fonogramas e emissões de radiodifusão produzidos com recursos do **TERMO DE FOMENTO** serão objeto de licença não exclusiva a **SEC** para utilização por quaisquer modalidades, tais como a reprodução, distribuição, comunicação ao público, tradução, inclusão em fonograma ou produção audiovisual, adaptação, inclusão em bases de dados, armazenamento em computador, utilização na internet, pelo prazo de duração dos direitos patrimoniais, em território nacional ou no exterior, cabendo à **OSC** submeter aos destinatários finais termo de licenciamento que inclua cláusula nesses termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 2014, a **SEC** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **OSC** parceira as seguintes sanções:

- I- advertência;
- II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos e
- III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Parágrafo Primeiro - As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade

Parágrafo Segundo - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

Parágrafo Terceiro - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Parágrafo Quarto - A SEC determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

Lara Soares Casassusima Santos
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8



BLA



I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado;

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, ou não providencie o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela **SEC** no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir qualquer questão decorrente deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte – MG, renunciando os parceiros a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente **TERMO DE FOMENTO** em duas vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Belo Horizonte, 25 de Setembro de 2017.

ANGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS
Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais

BRENO SILVA ALVARENGA
Presidente da Associação Cultural de Perdões

Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS

TESTEMUNHAS:


NOME: Rodrigo Lelis Rodrigues
ENDEREÇO: Coordenador dos Pontos de Cultura
CPF Nº.: MASP: 1313683-3


NOME: Renata Vieira Lopes
ENDEREÇO: Gestora de Pontos de Cultura
CPF Nº.: MASP: 1397353-8


Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8





PLANO DE TRABALHO

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 000308/2017

DATA DO REGISTRO: 12/09/2017

TÍTULO DO CONVÊNIO/PARCEIRA

Aquisição de instrumentos musicais para atender a Associação Cultural de Perdões.

I - IDENTIFICAÇÃO DO CONCEDENTE/ÓRGÃO OU ENTIDADE ESTADUAL PARCEIRO

Razão social: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	CNPJ: 19.138.890/0001-20		
Endereço: Rodovia Papa Joao Paulo II, 4001	Bairro: Serra Verde		
Cidade: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 31.630-901	Telefone: (31)3915-2700
E-mail do Setor de Convênio/Parceria: secretariasgabinete@cultura.mg.gov.br			

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo: Angelo Oswaldo de Araujo Santoa	CPF: 055.593.596-53		
Cl/Órgao Exp.: M 195.169 SSP/MG/	Cargo: Secretario de Estado		
Endereço residencial: Largo Frei Vicente Botelho, 31 cs	Bairro: Barra		
Cidade: Ouro Preto	UF: MG	CEP: 35.400-000	
Telefone do setor de convênios: (31) 3915-2700	E-mail setor de convênios: secretariasgabinete@cultura.mg.gov.br		

II - IDENTIFICAÇÃO DO CONVENENTE/OSC PARCEIRA

DADOS DO CONVENENTE/OSC PARCEIRA

Razão social: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PERDOES	CNPJ: 15.010.043/0001-25	
Endereço: RUA JOAO AQUILES RODRIGUES 8	Bairro: CASANA	
Cidade: PERDOES	UF: MG	CEP: 37.260-000
Telefone/ FAX: (35) 3864-3008	E-mail institucional: isaiaismaestro@hotmail.com	
Tempo de Criação do Convenente/ OSC Parceira: 14/07/2011		

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo: BRENO SILVA ALVARENGA	CPF: 395.503.546-87	
Órgao Exp.: M 1553598/SSPSP	Cargo: Presidente	Data de Vencimento do Mandato: 05/08/2019
Endereço residencial: RUA CUSTODIO MAIA , 83	Bairro: CENTRO	
Cidade: PERDOES	UF: MG	CEP: 37.260-000
Telefone pessoal: (35) 9835-9845	E-mail pessoal: isaiaismaestro@hotmail.com	

Carla Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
NASP: 1365641-8



Handwritten signature

PLANO DE TRABALHO

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 000308/2017

DATA DO REGISTRO: 12/09/2017

IV - CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1 - Tipo de Instrumento: TERMO DE FOMENTO

1.1 - Chamamento Público? NÃO

1.1.1 - Número/Ano do Edital: -

2 - Repasse de Natureza Especial? NÃO

2.1 - Natureza Especial: -

2.2 - Fundamentação legal para a natureza especial do repasse: -

3 - Origem dos recursos: Concedente/Órgão ou Entidade Estadual Parceiro - Emenda Parlamentar

3.1 - Selecionar Parlamentar:

3.2 - Contrapartida:

4 - TIPO DE ATENDIMENTO

5 - VALOR

Gênero	Categoria	Especificação	Concedente	Emenda	Interveniente	Contrapartida
AQUISIÇÃO DE BENS	Permanente	Instrumentos Musicais	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

6 - Descrição DETALHADA do objeto:

Aquisição de instrumentos musicais tais como bombardão, tumbadora, guitarra, violão, violino, cowbell, repenique, cuíca, baqueta e encordoamento.

6.1 - Endereço da obra ou local do evento, de prestação do serviço ou de entrega do bem (dependendo do objeto):

Rua/Avenida/ Rodovia/Beco/Travessa:	Número/KM:	Bairro/Distrito:	CEP	Município:	Referência:
R. João Aquiles Rodrigues	08	Casana	37.260-000	PERDOES	Atrás da COOPERCAPE

7 - Justificativa FUNDAMENTADA, objetivos e finalidade do convênio de saída/parceria:

A Associação Cultural de Perdões atua há cinco anos proporcionando qualificação na prática instrumental para crianças, jovens e adultos. Ela participa de eventos cívicos, religiosos e comemorativos do município de Perdões e região. Todos o material necessário para as aulas teóricas e práticas são fornecidos pela entidade. Portanto, aquisição dos bens solicitados auxiliará na consolidação desse trabalho tão importante, garantindo o material necessário para a atividade prática dos músicos e aprendizes e dos músicos titulares da banda.

8 - Pessoas beneficiadas diretamente

8.1 - Descrição: Pessoas

8.2 - Quantidade: 30

9 - Proposta de vigência (dias corridos): 365

10 - Conta específica

10.1 - Banco:	10.2 - Agência bancária:	10.3 - Conta bancária:	10.4 - Praça bancária:
104	1443-5	1578-0	PERDOES

10.4.1 - Justificativa de escolha de praça bancária diferente do município do conveniente/OSC parceira (se for o caso):

11 - Equipe executora do convênio de saída/parceria:

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL PELA DOCUMENTAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DOS TERMOS ADITIVOS

10.1 - NOME	10.2 - REGISTRO PROFISSIONAL	10.3 - TELEFONE	10.4 - E-MAIL
BRENO SILVA ALVARENGA		(35) 99178-3053	sanelesolucaocontabil@gmail.com

Lara Soares Casasanta Latome
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MSP: 1365641-8

PLANO DE TRABALHO

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 000308/2017

DATA DO REGISTRO: 12/09/2017

11 - Equipe executora do convênio de saída/parceria:

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - NOME	10.2 - REGISTRO PROFISSIONAL	10.3 - TELEFONE	10.4 - E-MAIL
BRENO SILVA ALVARENGA		(35) 99178-3053	sanelesolucaocontabil@gmail.com

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO

10.1 - NOME	10.2 - REGISTRO PROFISSIONAL	10.3 - TELEFONE	10.4 - E-MAIL
BRENO SILVA ALVARENGA		(35) 99178-3053	sanelesolucaocontabil@gmail.com

12 - Obrigações do interveniente (se houver):

Atuação em Rede: NÃO

14 - Parâmetros de indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas:

Os membros do Conselho Fiscal da Associação Cultural de Perdões acompanham as atividades práticas que ocorrem dentro da instituição, sejam com alunos ou com músicos titulares, averiguando a utilização correta dos instrumentos musicais.

V - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

1 META: Proporcionar qualificação de prática instrumental.

1.1 AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Instrumentos Musicais

ETAPA

1.1.1 - Bombardão

Duração
(Dias Corridos)

365

1.1.2 - Tumbadora com Suporte

365

1.1.3 - Guitarra

365

1.1.4 - Violão 7 Cordas Eletrico

365

1.1.5 - Violino 4x4

365

1.1.6 - Violão Folk

365

1.1.7 - Cowbell com Suporte

365

1.1.8 - Repinique

365

1.1.9 - Cuica 10p

365

1.1.10 - Baqueta de Silicone

365

1.1.11 - Encordamento 6 Cordas

365

Forma de execução das atividades ou projetos e de cumprimento das metas atreladas:

Os instrumentos serão utilizados na aulas práticas dos aprendizes, nos ensaios dos músicos titulares e nas apresentações cívicas, culturais e religiosas no município de Perdões e região.

Lara Soares Casagrande Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8



BCAlyx

PLANO DE TRABALHO

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 000308/2017

DATA DO REGISTRO: 12/09/2017

VI - PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS**1 - DEMONSTRATIVO DE RECURSO**

ITEM	Descrição	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL	TIPO DESPESA	PGTO EM ESPÉCIE	ETAPAS VINCULADAS	EQUIPE DE TRABALHO
1	Bombardão	un	1	R\$ 4.295,00	R\$ 4.295,00	Material	Não	1.1.1	Não
2	Tumbadora c/ suporte	un	1	R\$ 1.970,00	R\$ 1.970,00	Material	Não	1.1.2	Não
3	Guitarra	un	2	R\$ 1.548,00	R\$ 3.096,00	Material	Não	1.1.3	Não
4	Violão 7 cordas elétrico	un	1	R\$ 1.018,00	R\$ 1.018,00	Material	Não	1.1.4	Não
5	Violino 4x4	un	3	R\$ 660,00	R\$ 1.980,00	Material	Não	1.1.5	Não
6	Violão folk	un	1	R\$ 1.740,00	R\$ 1.740,00	Material	Não	1.1.6	Não
7	Cowbell c/ suporte	un	1	R\$ 253,00	R\$ 253,00	Material	Não	1.1.7	Não
8	Repinique	un	1	R\$ 285,00	R\$ 285,00	Material	Não	1.1.8	Não
9	Cuica 10P	un	1	R\$ 285,00	R\$ 285,00	Material	Não	1.1.9	Não
10	Baqueta de silicone	un	2	R\$ 9,50	R\$ 19,00	Material	Não	1.1.10	Não
11	Encordoamento 6 cordas	un	1	R\$ 59,00	R\$ 59,00	Material	Não	1.1.11	Não

2 - VALOR TOTAL DA PROPOSTA/CONTRAPARTIDA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%CONVÊNIO	% LDO
Concedente/Órgão ou Entidade Estadual Parceiro	R\$ 0,00	0,00	-
Parlamentar	R\$ 15.000,00	100,00	-
Interveniente	R\$ 0,00	0,00	-
Contrapartida	R\$ 0,00	0,00	0,00
Outras fontes	R\$ 0,00	-	-
TOTAL	R\$ 15.000,00	100.0%	0%

VII - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS**CONCEDENTE/ÓRGÃO OU ENTIDADE ESTADUAL PARCEIRA**

Mês	Ano	Valor
Outubro	2017	R\$ 15.000,00

VIII - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do Conveniente/OSC Parceira, declaro, para fins de prova junto ao Concedente/Órgão ou Entidade Estadual Parceiro, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Estado de Minas Gerais que impeça a transferência de recursos de dotações consignadas no orçamento estadual.

Bpelig

Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MNSP: 1365641-8



PLANO DE TRABALHO

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 000308/2017

DATA DO REGISTRO: 12/09/2017

VIII - DECLARAÇÃO

Pardais

Local

31/08/17

Data

D. Pham

Assinatura do Representante Legal do Conveniente

Carimbo de Identificação

IX - RESERVADO AO CONCEDENTE

PROGRAMA: FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PERIODICIDADE DO MONITORAMENTO: EM MESES

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VALOR

NAT. CONTINUADA

1271 13 392 140 4364 0001 4 4 50 41 01 1 10 8

R\$ 15.000,00

Não

Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Suprimentos e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8



PLANO DE TRABALHO

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 000308/2017

DATA DO REGISTRO: 12/09/2017

PARECER TÉCNICO

Setor Análise: Área Técnica
Responsável: LARA SOARES CASASANTA LATORRE
Data: 12/09/2017
Status do Parecer: Favorável

Mérito da proposta:

Vimos submeter à avaliação e apreciação dessa Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, Minuta do Termo, documentação, bem como a Proposta de Plano de Trabalho, visando a aquisição de instrumentos e acessórios musicais.

Identidade e reciprocidade de interesse das partes na realização da Parceria:

Quanto ao parecer técnico, conforme estabelecido à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais pelo art. 27 da Lei Estadual nº 22.257/2016, a solicitação está relacionada ao incentivo, à valorização e à difusão das manifestações culturais da sociedade, dentre outras atividades correlatas, que visam ao fomento e à divulgação da cultura mineira em todas as suas expressões e sua diversidade regional, promovendo a circulação de bens culturais.

Viabilidade de execução:

A finalidade da Associação Cultural de Perdões, descrita em seu Estatuto, está coerente com o objeto proposto e segundo declaração apresentara possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional suficientes e necessárias para o desenvolvimento das atividades ou proj previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, o que viabiliza a execução do objeto proposto.

Análise do cronograma de desembolso:

Diante disso, esta diretoria se apresenta favorável ao repasse dos recursos destinados à execução das metas descritas no plano de trabalho, no valor de R\$15.000,00, conforme indicado no Cronograma de Desembolso especificado no Plano de Trabalho, uma vez que o valor é adequado à execução plena do objeto, tendo em vista a comprovação dos preços praticados no mercado por meio da apresentação dos orçamentos pela Entidade.

Meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da Parceria:

O acompanhamento da execução da parceria será realizado por meio de práticas de acompanhamento e verificação no local, quando necessário, e por meio da apresentação pela OSC do Relatório de Monitoramento de Metas semestral.

Procedimentos para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

A execução física e financeira será verificada por meio da apresentação, ao final da parceria, do Relatório de Execução do Objeto contendo relatórios das atividades desenvolvidas, fotografias que comprovem a execução do objeto e descrição pormenorizada das despesas efetuadas bem como dos documentos legais aptos a comprova-las, atendendo a exigência do inciso IV do art. 22 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Considerações referentes aos incisos II, V, VI e VII do § 7º do artigo 35 do Decreto Estadual Nº 47.132/2017:

Diante do exposto, esta Unidade Técnica considera viável a execução da parceria tendo em vista que o processo foi devidamente instruído com a documentação exigida pela Resolução nº 07 de 09/06/2017.

Designação do gestor da parceria:

Fica designado como gestor da parceria Marco Tulio Costa Barbosa, MASP: 1.392.575-5.

Designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria:

A comissão de monitoramento e avaliação da parceria será formada pelas servidoras: Carola Maria Marques de Castro, MASP: 1.436.028-3, Tatiana Nonato de Souza Leite, MASP: 1.330.256-7 e Aparecida Barbosa da Costa, MASP: 366.547-8.

Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8

Responsável pela Análise Técnica

Carimbo de identificação

11/09/17

Data

Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8

Responsável pela Aprovação da Análise Técnica

Carimbo de identificação

11/09/17

Data

B/A Lg



Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8

PLANO DE TRABALHO

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 000308/2017

DATA DO REGISTRO: 12/09/2017

PARECER JURÍDICO

Responsável: JULIANA SCHMIDT FAGUNDES

Data: 18/09/2017

Status do Parecer: Favorável

NOTA JURÍDICA 312/2017. REF.: CI/SEC/SPGF/DCPC/352/2017 DATA ? 14/09/2017 ASSUNTO ? ANÁLISE DA MINUTA DE TERMO DE FOMENTO A SER CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PERDÕES. Vem a essa Assessoria Jurídica, para análise e parecer, através da CI em referência, minuta de Termo de Fomento a ser celebrado entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Associação Cultural de Perdões. O Termo de Fomento, conforme cláusula primeira da minuta juntada às fls. 50/57, tem por objeto a aquisição de instrumentos e acessórios musicais para a Associação Cultural de Perdões. E o relatório. Conforme informações colacionadas do site do Programa, o Bandas de Minas tem o objetivo de incentivar e valorizar um dos principais elementos da identidade cultural mineira: as bandas civis de música, contemplando corporações musicais de todos os cantos do estado, por meio da doação de instrumentos, além da promoção de um Encontro de Bandas. Note, pois, que há na Secretaria de Estado de Cultura programa próprio para doação de instrumentos musicais. Nesse sentido, OSC apenas pode ser beneficiada pelo Edital e, concomitantemente, receber recursos por meio do Termo de Fomento para aquisição de instrumentos musicais, desde que ambos (o edital e a parceria ? termo de fomento) se constituam como ações complementares. Ou seja, desde que, atestada a necessidade da OSC receber instrumentos musicais além daqueles concedidos por meio do Edital. Assim, o benefício concedido por meio da celebração do Termo de Fomento se somará ao concedido por meio do edital, de modo que cumpridos o objetivo do programa social previsto no inciso XLIV do anexo da Lei 9392/2009, os beneficiários possam desenvolver suas atividades culturais. Lado outro, no que se refere aos demais requisitos para celebração da parceria, seguem as considerações. A possibilidade de celebração do presente ajuste será analisada à luz da Lei 13.019/2014, bem como Decreto 47.132/2017, que regulamenta a Lei 13.019/2014 no Estado de Minas Gerais. Termo de Fomento consiste basicamente em um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros. Ressalta-se que a formalização do presente Termo de Fomento não necessita de Chamamento Público que a preceda, tendo em vista que o recurso a ser destinado ao referido Termo de Fomento é originário de emenda parlamentar do Deputado Estadual Adalclever Lopes, estando a referida exceção prevista no art. 29 da Lei 13.019/2014, bem como no artigo 18 do Decreto 47.132/2017. Senão vejamos: Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Grifo Nosso) Art. 18 ? Para a celebração das parcerias previstas neste decreto, o órgão ou entidade estadual deve realizar chamamento público para selecionar as OSCs para execução do objeto. § 1º ? O disposto no caput não se aplica a termos de colaboração ou de fomento que prevejam o repasse de recursos decorrentes de emendas parlamentares à lei estadual orçamentária anual propostas por deputados estaduais, bancadas e comissões, bem como a acordos de cooperação que não envolvam celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial. (Grifo Nosso) Nos termos da proposta de plano de trabalho juntada às fls.40/43, o objeto da parceria é a aquisição de instrumentos musicais tais como bombadão, tumbadora, guitarra, violão, violino, cowbell, repenique, cuica, baqueta e encordoamento. Segundo o mesmo documento, o objetivo principal do projeto é proporcionar qualificação na prática instrumental para crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, tem-se que a parceria se relaciona aos objetivos e competências dessa Secretaria, conforme artigo 27 da Lei 22.257/2016, o qual segue abaixo colacionado, e, conforme declaração constante da CI em referência. Art. 27 ? A Secretaria de Estado de Cultura ? SEC ? é o órgão gestor do Sistema Estadual de Cultura, previsto no § 4º do art. 216-A da Constituição da República, e tem como competência planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas: I ? ao pleno exercício dos direitos culturais e à democratização do acesso à cultura; II ? à promoção da diversidade cultural e à proteção do patrimônio cultural material e imaterial mineiro; III ? ao incentivo à produção, à valorização e à difusão do conjunto das manifestações artístico-culturais mineiras; IV ? ao incentivo à regionalização da criação artístico-cultural e ao intercâmbio entre os diferentes territórios e as diversas formas de manifestação artístico-cultural no Estado. Por outro lado, nos termos do artigo 27 do Decreto Estadual 47.132/2017, após o preenchimento do plano de trabalho, nos casos de celebração de parceria cujo objeto é a aquisição de bens permanentes (dentre outros), deve ser apresentada pela OSC a documentação indicada nos artigos 33, 34 e 39 da Lei 13.019/14. A documentação exigida pela Lei Federal e Decreto Estadual já citados, com a finalidade de comprovação dos requisitos para celebração da parceria, foi consolidada e estabelecida nos anexos I e II da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 007, de 9 de junho de 2017, que dispõe sobre a regulamentação do Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017. Fica dispensada a apresentação da documentação já entregue para o Cadastro Geral de Convenientes do Estado ? Cagec. Vejamos: Art. 1º ? Nos termos dos arts. 5º e 27 a 34 do Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, para a celebração de acordo de cooperação ou de termo de colaboração ou de fomento, a organização da sociedade civil ? OSC ? deverá apresentar a documentação que comprove o atendimento dos arts. 33, 34 e 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e documentos complementares relativos ao objeto, conforme Anexos I e II desta Resolução Conjunta. § 1º ? A OSC está dispensada de apresentar ao órgão ou entidade estadual parceiro os documentos anteriormente entregues para o Cadastro Geral de Convenientes do Estado ? Cagec ?, ressalvados os casos expressamente previstos nos Anexos I e II. Assim, no anexo II da citada resolução consta o check-list da documentação para celebração de termo de fomento ou termo de colaboração. Vejamos: 1 Certificado de Regularidade do Cagec, com status ?regular? e Situação atual ?normal? no Sistema Integrado de Administração Financeira ? SIAFI. (<http://www.portalcagec.mg.gov.br>) Obs.1: O comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ? CNPJ ? (item ?Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas?) deve demonstrar que a OSC existe há no mínimo 2 anos com cadastro ativo. Obs. 2: A Lei Federal nº 13.019/2014, admite a redução desse prazo por ato específico do dirigente máximo do órgão ou entidade estadual parceiro na hipótese de nenhuma organização atingi-lo. 2 CÓPIA DO ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E, SE HOUVER, ALTERAÇÕES, CONTENDO AS CLÁUSULAS OBRIGATORIAS PREVENDO: Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social. Exs.: Atividades nas áreas de saúde, educação, cultura, esportes, meio ambiente, segurança pública, etc. Obs.: Obrigatório somente para OSCs entidades privadas sem fins lucrativos. Em caso de dissolução da entidade, a transferência do respectivo patrimônio líquido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta. Obs.: Obrigatório somente para OSCs entidades privadas sem fins lucrativos. Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Obs.: Obrigatório para TODAS as OSCs: entidades privadas sem fins lucrativos, sociedades cooperativas e organizações religiosas. Obs.: Se as cláusulas obrigatórias não constarem do estatuto ou contrato social, apresentar também o regimento interno ou outra norma de organização interna contendo essas cláusulas. 3 COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA DE, NO MÍNIMO, 1 ANO NA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA OU DE NATUREZA SEMELHANTE Cópia de



Lara Soares Castanheira Latorre
Diretora de Convenios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8

B. Latorre

PLANO DE TRABALHO

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 000308/2017

DATA DO REGISTRO: 12/09/2017

instrumento de convênio e de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, organismos de cooperação internacional, empresas ou outras organizações da sociedade civil. OU Relatório de atividades assinado pelo representante legal com comprovação das ações desenvolvidas pela organização da sociedade civil. OU Notícia veiculada na mídia em qualquer suporte sobre atividades desenvolvidas. OU Declaração de experiência prévia no desenvolvimento de atividades relacionadas ao objeto da parceria ou em projetos de natureza semelhante, emitida por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas, por secretarias municipais responsáveis pelo acompanhamento da área social relativa ao objeto estatutário, juiz de direito, promotor, prefeito, presidente da Câmara Municipal ou delegado de polícia do município ou da comarca em que a organização da sociedade civil for sediada. OU Prêmio local ou internacional de relevância recebidos pela organização da sociedade civil em razão de suas atividades. OU Quaisquer documentos que comprovem experiência prévia. 4 COMPROVANTE DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL Documento que demonstre a estrutura física da organização da sociedade civil e a disponibilização de equipamentos e materiais necessários ao cumprimento do objeto. OU Currículos profissionais de integrantes da equipe de trabalho da parceria, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros. OU Publicação, pesquisa e outra forma de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela. OU Quaisquer documentos que comprovem a capacidade técnica e operacional. Obs.: A apresentação de documentos relativos a este item 4 pode ser dispensada se o comprovante de experiência relativo ao item 3 também demonstrar capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil. 5 Declaração assinada pelo representante legal sobre a existência de instalações e outras condições materiais da OSC ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria. Obs.: A Lei Federal nº 13.019/2014 dispõe que não é necessária a demonstração de capacidade instalada prévia, sendo admitidas a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para cumprimento do objeto da parceria. 6 Declaração assinada pelo responsável legal de que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas nos incisos I, II, IV, V, VI e VII do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014. (http://www.sigconsaida.mg.gov.br/parcerias/padronizacao-parcerias) 7 Declaração assinada pelo responsável legal de que não há no quadro de dirigentes da OSC pessoa que se enquadre na vedação do inciso III do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e do § 4º do art. 4º do Decreto nº 47.132/2017. (http://www.sigconsaida.mg.gov.br/parcerias/padronizacao-parcerias) Obs.: Essa exigência não se aplica à parceria com OSCs que, pela própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas no inciso III do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/14, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração ou de fomento simultaneamente como dirigente e administrador público. 8 Declaração assinada pelo responsável legal de que não contratará ou pagará a qualquer título servidor ou empregado público que trata o inciso II do art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014 ou pessoas condenadas por crimes contra a administração pública ou crimes eleitos (http://www.sigconsaida.mg.gov.br/parcerias/padronizacao-parcerias) 9 Print Screen da tela informando que não constam pendências no CNPJ da OSC no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas - CADIN-MG. (http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/) 10 Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Poder Executivo estadual ? CAFIMP (negativa ou positiva com efeitos de negativa). (https://www.compras.mg.gov.br) 11 Print Screen da tela informando que não foram encontrados registros do CNPJ da OSC no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas ? CEPIM. (http://www.portaltransparencia.gov.br/cepim/) 12 Comprovante de abertura de conta corrente específica para a parceria, emitida pelo Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal ou outra instituição financeira oficial, contendo o nº da agência e conta corrente. Obs.: A conta corrente deve ser específica e isenta de tarifas bancárias para o termo de fomento ou de colaboração a ser celebrado. 13 Declaração de autenticidade dos documentos apresentados em cópia simples, assinada pelo responsável legal da OSC. 14 Declaração de que a OSC não contratará ou autorizará serviço ou fornecimento de bem de fornecedor ou prestador de serviço inadimplente com o Estado de Minas Gerais, na hipótese de utilização de recursos estaduais, assinada pelo responsável legal da OSC. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES RELATIVOS AO OBJETO 15 Proposta de plano de trabalho preenchida no SIGCON-SAÍDA, impressa e assinada pelo representante legal da OSC. (http://saida.convenios.mg.gov.br) Obs.1: No plano de aplicação da proposta, devem ser registrados: a) No caso de termo de colaboração ou de fomento que envolva a aquisição de bens permanentes, todos os itens de materiais conforme planilha detalhada de itens e custos (S-19, E-19 ou A-19); b) No caso de termo de colaboração ou de fomento para aquisição de bens, serviços ou evento, todos os itens de materiais e serviços conforme planilha detalhada de itens e custo (S-19, E-19 ou A-19), sendo permitido o registro de materiais de consumo por grupo de materiais (https://www1.compras.mg.gov.br/catalogo/consultaGruposClasseMaterialOuServico.html#) c) No caso de termo de colaboração ou de fomento para execução de reforma ou obra, as macroetapas da planilha orçamentária de custos (RO-24). Obs. 2: No caso de termo de colaboração ou de fomento para execução de aquisição de bens, serviços ou evento que preveja a compra de materiais permanentes, verificar com o órgão ou entidade estadual parceiro se há descrição padronizada de itens a serem adquiridos. 16 Planilha de detalhamento de despesas de pessoal, assinada pelo representante legal da OSC (SE FOR O CASO). SE A OSC OFERECER CONTRAPARTIDA APRESENTAR TAMBÉM 17 Declaração de que os recursos referentes à contrapartida estão assegurados, assinada pelo representante legal da OSC (SE FOR O CASO). 18 Memória de cálculo da contrapartida não financeira (SE FOR O CASO). PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO APRESENTAR TAMBÉM S-19 Planilha detalhada de itens e custos do serviço de forma unitária e global, assinada pelo representante legal da OSC. S-20 03 orçamentos do serviço, cada qual contendo o CNPJ ou carimbo da empresa no orçamento ou CPF (no caso de profissionais liberais), com data de emissão nos últimos 3 meses anteriores à data da proposta do plano de trabalho, ou outro parâmetro utilizado para cálculo do custo. S-21 Detalhamento do projeto do serviço a ser prestado, dependendo da complexidade do objeto, assinado pelo representante legal da OSC. Obs.: Solicitar orientação do órgão ou entidade estadual parceiro se será necessário apresentar detalhamento. S-22 Documentação complementar a depender do objeto. Ex.: Alvará de localização e funcionamento do imóvel no qual será executado projeto ou atividade de atendimento a beneficiários. Obs.: Solicitar orientação do órgão ou entidade estadual parceiro se será necessário apresentar documentos complementares adicionais. PARA AQUISIÇÃO DE BENS APRESENTAR TAMBÉM A-19 Planilha detalhada de itens e custos dos bens de forma unitária e global, assinada pelo representante legal da OSC. A-20 03 orçamentos do(s) item(ns) a ser(em) adquirido(s), cada qual contendo o CNPJ ou carimbo da empresa no orçamento, com data de emissão nos últimos 3 meses anteriores à data da proposta do plano de trabalho, ou outro parâmetro utilizado para cálculo do custo. A-21 Documentação complementar a depender do objeto. Obs.: Solicitar orientação do órgão ou entidade estadual parceiro se será necessário apresentar documentos complementares adicionais. No caso em objeto, os documentos exigidos listados acima foram apresentados, conforme fls. 02/47. Ademais, para a formalização da parceria, nos termos do artigo 35, §7º do Decreto 47.132/2017, a área técnica analisará a proposta do plano de trabalho, bem como os documentos anexados, devendo efetuar ajustes eventualmente necessários. O parecer técnico deve conter elementos mínimos, quais sejam, interesse público recíproco na realização da parceria; adequação do valor da parceria; avaliação da remuneração da equipe de trabalho, quando houver; quando houver previsão de custos indiretos no plano de trabalho, a avaliação fundamentada de que eles são indispensáveis e proporcionais à execução do objeto; quando houver previsão de realização de pagamento em espécie, a avaliação fundamentada da impossibilidade física do uso desta modalidade de pagamento e o limite máximo estabelecido; descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria; viabilidade de execução da parceria e da adequação do projeto, se houver, e o atendimento às normas técnicas pertinentes. In verbis: Art. 35 (omissis) (...) § 7º ? As áreas técnicas emitirão parecer pronunciando expressamente sobre: I ? mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada, bem como sobre as adequações eventualmente realizadas na proposta; II ? documentação anexada, justificando a ausência de documento, quando dispensado, nos termos da legislação; III ? interesse público recíproco na realização da parceria, especialmente no tocante à afinidade de atribuições e competências dos parceiros com o objeto da parceria e com o programa; IV ? adequação do valor da parceria ao necessário à execução plena do objeto e sua compatibilidade com os

BHely

Lara Soares Casasanta Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
WASP: 1365641-8



PLANO DE TRABALHO

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 000308/2017

DATA DO REGISTRO: 12/09/2017

preços de mercado e a verificação do cronograma de desembolso; V ? avaliação do disposto no art. 33, quando houver remuneração de equipe de trabalho com recursos da parceria; VI ? quando houver previsão de custos indiretos no plano de trabalho, a avaliação fundamentada de que eles são indispensáveis e proporcionais à execução do objeto, nos termos do art. 54; VII ? quando houver previsão de realização de pagamento em espécie, a avaliação fundamentada da impossibilidade física do uso desta modalidade de pagamento e o limite máximo estabelecido, nos termos do inciso X do art. 40. VIII ? descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos; IX ? viabilidade de execução da parceria e da adequação do projeto, se houver, e o atendimento às normas técnicas pertinentes. No caso em comento, o parecer técnico constante da CI em referência juntada às fls. 48 e 49/49v contempla a análise dos aspectos citados acima, à exceção do requisito constante do inciso II acima colacionado. Assim, recomenda-se a juntada de manifestação nesse sentido. No mais, não há outras inconformidades a serem apontadas, considerando o disposto na Lei 13.019/2014 e Decreto 47.132/2017. Conclusão. Ante o exposto, essa Assessoria opina favoravelmente à celebração do Termo de Fomento ora analisado, após cumprida a recomendação supra. À consideração superior. Ana Flávia Costa Assessora Jurídica MASP 1.366929-6/OAB/MG 151.319

Ana Flávia Costa

Assessora Jurídica

MA SP: 1366929-6

OAB/MG: 151.319

Responsável pela Análise Jurídica

Carimbo de identificação

__/__/__

Data

Responsável pela Aprovação da Análise Jurídica

Carimbo de identificação

__/__/__

Data

Lara Soares Cabasana Latorre
Diretora de Comércio e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8



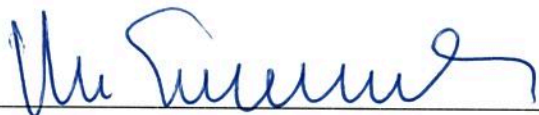
PLANO DE TRABALHO

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 000308/2017

DATA DO REGISTRO: 12/09/2017

APROVAÇÃO

Aprovo o presente Plano de Trabalho e autorizo a celebração do convênio de saída.



Responsável pela aprovação do Plano de Trabalho

Carimbo de identificação

25/09/17

Data



Responsável Legal do Concedente

Carimbo de identificação

25/09/17

Data

BIA

Lara Soares Gasparini Latorre
Diretora de Convênios e Prestação de Contas
MASP: 1365641-8



referente ao 3º qq, em complementação e 2(dois) meses referentes ao 4º qq, a contar de 01/10/2017, restando-lhe um saldo de 10 meses. MASP.851.890-4, Fred Marlus Danezzi, 01 (um) mês referente ao 3ºqq, a contar de 27/09/2017, restando-lhe um saldo de 09 meses. MASP.904.333-2, Luiza Marilae Araújo, 01 (um) mês referente ao 3ºqq, a contar de 27/09/2017, restando-lhe um saldo de 13 meses. MASP.906.948-5, Margarida Aparecida Albano Fernandes, 01 (um) mês referente ao 4ºqq, a contar de 04/01/2018, restando-lhe um saldo de 14 meses. MASP.1.048.228-9, Roberto Carlos Alves, 02 (dois) meses referentes ao 3º qq., sendo: 01 (um) mês a contar de 01/09/2017 e 01 (um) mês a contar de 01/11/2017, restando-lhe um saldo de 01 mês. MASP.1.083.142-8, Vinícius Marcus de Almeida Rocha,01 (um) mês refe-rente ao 1º qq, a contar de 05/01/2018, restando-lhe um saldo de 05 meses. MASP.1.188.152-1, Ariana Ribeiro Oliveira e Silva, 01 (um) mês referente ao 1º qq, a contar de 19/02/2018, restando-lhe um saldo de 01 mês. MASP.1.242.124-4, Marcos de Castro Guimarães Júnior, 02 (dois) meses referentes ao 1º qq, em complementação a contar de 02/10/2017. MASP.1.256.720-2, Hugo Dias Fingolo, 01 (um) mês referente ao 1º qq, a contar de 24/01/2018, restando-lhe um saldo de 02 meses.

Férias Prêmio – Concessão - Retificação
Motivo: Publicação incorreta da data de concessão de férias prêmio.
MASP.294.444-5, Wanderlindo Francisco dos Santos
Retificação do MG de 11/08/1999
Onde se lê: ... 1º qq, adquiridos em 14/12/1994...
Leia-se: ... 1º qq, adquiridos em 12/06/1991...
Retificação do MG de 06/10/2012
Onde se lê: ... 4º qq, adquiridos em 11/06/2006...
Leia-se: ... 4º qq, adquiridos em 13/06/2006...
Retificação do MG de 06/10/2012
Onde se lê: ... 5º qq, adquiridos em 08/04/2012...
Leia-se: ... 5º qq, adquiridos em 11/04/2012...
Motivo: Correções dos quinquênios de férias-prêmio tendo em vista faltas não consideradas nas publicações originais.
MASP.341.242-6, Fábio Gonçalves Brandão
Retificação do MG de 02/08/2003
Onde se lê: ... 2º qq, adquirido em 08/12/2000...
Leia-se: ... 2º qq, adquirido em 13/12/2000...
Retificação do MG de 25/02/2015
Onde se lê: ... 2º qq, adquirido em 07/12/2005...
Leia-se: ... 2º qq, adquirido em 12/12/2005...
Retificação do MG de 25/02/2015
Onde se lê: ... 3º qq, adquirido em 06/12/2010...
Leia-se: ... 3º qq, adquirido em 11/02/2010...
Motivo: Publicação original incorreta devido ao cômputo indevido de Licença de Tratamento de Saúde
MASP.342.152-6, Wellington Luiz Silva Gonçalves
Retificação do MG de 28/04/2007
Onde se lê: ... 2º qq, adquirido em 19/11/2001...
Leia-se: ... 2º qq, adquirido em 05/09/2001...
Retificação do MG de 27/06/2014
Onde se lê: ... 3º qq, adquirido em 14/03/2007...
Leia-se: ... 3º qq, adquirido em 04/11/2006...
Retificação do MG de 27/06/2014
Onde se lê: ... 4º qq, adquirido em 04/07/2012...
Leia-se: ... 4º qq, adquirido em 21/04/2012...
Motivo: Publicação incorreta da data de concessão de férias prêmio.
MASP.349.058-8, José Lucas da Cunha Neto
Retificação do MG de 15/07/2003
Onde se lê: ... 2º qq, adquiridos em 16/09/2002...
Leia-se: ... 2º qq, adquiridos em 20/03/2002...
Retificação do MG de 25/02/2015
Onde se lê: ... 3º qq, adquiridos em 15/09/2007...
Leia-se: ... 3º qq, adquiridos em 19/03/2007...
Retificação do MG de 25/02/2015
Onde se lê: ... 4º qq, adquiridos em 13/09/2012...
Leia-se: ... 4º qq, adquiridos em 17/03/2012...
Motivo: Correções dos quinquênios de férias-prêmio tendo em vista faltas não consideradas nas publicações originais.
MASP.349.121-4, Silvio Eduardo Cotta
Retificação do MG de 12/06/2003
Onde se lê: ... 2º qq, adquirido em 20/03/2002...
Leia-se: ... 2º qq, adquirido em 07/04/2002...
Motivo: Correções dos quinquênios de férias-prêmio tendo em vista faltas e licenças para tratamento de saúde calculadas incorretamente nas publicações originais.
MASP.349.182-9, Aloisio Januário Alves
Retificação do MG de 14/11/2000
Onde se lê: ... 1º qq, adquirido em 30/03/1997...
Leia-se: ... 1º qq, adquirido em 28/03/1997...
Retificação do MG de 12/06/2003
Onde se lê: ... 2º qq, adquirido em 22/04/2002...
Leia-se: ... 2º qq, adquirido em 29/03/2002...
Retificação do MG de 25/03/2007
Onde se lê: ... 3º qq, adquirido em 19/08/2007...
Leia-se: ... 3º qq, adquirido em 05/06/2007...
Retificação do MG de 25/03/2017
Onde se lê: ... 4º qq, adquirido em 17/08/2012...
Leia-se: ... 4º qq, adquirido em 03/07/2012...
Motivo: Publicação original incorreta devido à falta não computada.
MASP.905.093-1, Ana Lúcia Ferrari
Retificação do MG de 22/09/2001
Onde se lê: ... 2º qq, adquiridos em 05/07/2000...
Leia-se: ... 2º qq, adquiridos em 06/07/2000...
Retificação do MG de 20/06/2008
Onde se lê: ... 3º qq, adquiridos em 24/06/2007...
Leia-se: ... 3º qq, adquiridos em 26/06/2007...
Retificação do MG de 07/10/2014
Onde se lê: ... 4º qq, adquiridos em 26/06/2012...
Leia-se: ... 4º qq, adquiridos em 30/06/2012...
Motivo: Publicação incorreta.
MASP.1.060.814-9, Denise Souza Cruz dos Santos
Retificação do MG de 16/04/2008
Onde se lê: ... 1º qq, adquirido em 15/04/2007...
Leia-se: ... 1º qq, adquirido em 10/04/2007...
Motivo: Publicação incorreta tendo em vista pena de suspensão não considerada.
MASP.1.060.824-8, Ricardo Rodrigues Silva
Retificação do MG de 15/05/2007
Onde se lê: ... 1º qq, adquirido em 10/04/2007...
Leia-se: ... 1º qq, adquirido em 11/04/2007...
Motivo: Publicação incorreta.
MASP.1.060.833-9, Marcel Junqueira Neves
Retificação do MG de 03/10/2008
Onde se lê: ... 1º qq, adquirido em 10/07/2007...
Leia-se: ... 1º qq, adquirido em 10/04/2007...
Motivo: Publicação incorreta tendo em vista o acúmulo de ACADEPOL e PMMG.
MASP.1.174.159-2, Leonardo Machado
Retificação do MG de 16/05/2017
Onde se lê: ... 2º qq, adquirido em 10/05/2012...
Leia-se: ... 2º qq, adquirido em 27/08/2012...
Onde se lê: ... 3º qq, adquirido em 09/05/2017...
Leia-se: ... 3º qq, adquirido em 26/08/2017...

Férias-prêmio - Afastamento - Cancelamento
Motivo: Conforme requisitado no ofício PCM/COOD-ICMG nº 3131/2017
MASP. 349.973-8 Marco Aurélio Pereira
Ficam canceladas as férias-prêmio publicadas no MG de 02/08/2017 a par-tir de 08/10/2017.
Marcelo Augusto Couto
Delegado Geral de Polícia
Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal
Leticia Baptista Gomboge Reis
Delegada Geral de Polícia
Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças
Processo Administrativo nº 055/2017
A Delegada de Polícia Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima confirma a pretensão estatal. Desta forma, seja a servidora A.R.C., MASP 293.949-4 notificado a restituir ao erário as verbas recebidas indevidamente, conforme termo de compromisso firmado nesta Diretoria.
Belo Horizonte, 25 de setembro de 2017.
Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima
Delegada de Polícia
Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal
Processo Administrativo nº 073/2017
A Delegada de Polícia Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima confirma a pretensão estatal. Desta forma, seja a servidora M.D.A.R., MASP 293.949-4 notificada a restituir ao erário as verbas recebidas indevidamente, conforme apurado no citado Processo Administrativo.
Belo Horizonte, 25 de setembro de 2017.

Marcelo Augusto Couto
Delegado Geral de Polícia
Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal
Leticia Baptista Gomboge Reis
Delegada Geral de Polícia
Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças
Processo Administrativo nº 055/2017
A Delegada de Polícia Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima confirma a pretensão estatal. Desta forma, seja a servidora A.R.C., MASP 293.949-4 notificado a restituir ao erário as verbas recebidas indevidamente, conforme termo de compromisso firmado nesta Diretoria.
Belo Horizonte, 25 de setembro de 2017.
Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima
Delegada de Polícia
Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal
Processo Administrativo nº 073/2017
A Delegada de Polícia Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima confirma a pretensão estatal. Desta forma, seja a servidora M.D.A.R., MASP 293.949-4 notificada a restituir ao erário as verbas recebidas indevidamente, conforme apurado no citado Processo Administrativo.
Belo Horizonte, 25 de setembro de 2017.

Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima
Delegada de Polícia
Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal

Processo Administrativo nº 046/2017
A Delegada de Polícia Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima confirma a pretensão estatal. Desta forma, seja a servidora A.M.V.M., Masp 293.952-8 notificada a restituir ao erário as verbas recebidas indevidamente, conforme apurado no citado Processo Administrativo.
Belo Horizonte, 25 de setembro de 2017.

Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima
Delegada de Polícia
Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal
25 1012117 - 1

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral: Cel Cláudio Roberto de Souza

Expediente

– CG – Extrato Protocolo de Intenções. Partes: CBMMG e o Pref. de Tiradentes. Objeto: estabelecimento de intenções do CBMMG e do Município de Tiradentes/MG, em firmar um Instrumento Público específico com vistas à execução pelo CBMMG dos Serviços de Prevenção e de Combate a Incêndio, Busca e Salvamento, Resgate e Defesa Civil no Município Tiradentes, impondo assim condições para que o CBMMG preste serviços de qualidade na região, mediante a construção da sede provisória de uma Fração BM em categoria de Posto Avançado BM a cargo do Município. Após a instalação do Posto Avançado o município se compromete a no prazo de 24 meses, construir as novas instalações conforme padrão da corporação. Vigência: 18/09/2017 à 17/09/2018. Tiradentes/MG, 18/09/2017. Cláudio Roberto de Souza, Cel BM, CG e José Antônio do Nascimento, Pref. Municipal de Tiradentes.
– CG – Extrato Protocolo de Intenções. Partes: CBMMG e o Pref. de Santos Dumont. Objeto: estabelecimento de intenções do CBMMG e do Município de Santos Dumont/MG, em firmar um Instrumento Público específico com vistas à execução pelo CBMMG dos Serviços de Prevenção e de Combate a Incêndio, Busca e Salvamento, Resgate e Defesa Civil no Município Santos Dumont, impondo assim condições para que o CBMMG preste serviços de qualidade na região, mediante a construção da sede provisória de uma Fração BM em categoria de Posto Avançado BM a cargo do Município. Após a instalação do Posto Avançado o município se compromete a no prazo de 24 meses, cons-truir as novas instalações conforme padrão da corporação. Vigência: 18/09/2017 à 17/09/2018. Santos Dumont/MG, 18/09/2017. Cláudio Roberto de Souza, Cel BM, CG e Carlos Alberto de Azevedo, Pref. Municipal de Santos Dumont.

26 1012598 - 1

Controladoria-Geral do Estado

Controlador-Geral: Eduardo Martins de Lima

Expediente

DESPACHO
O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição do Estado, combinado com o art. 28 da Lei Delegada nº 174/2007, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei nº 13.994/2001, e do art. 44 do Decreto nº 45.902/2012, tendo em vista o Processo Administrativo Punitivo nº 022/2016, oriundo da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, DETERMINA, com fundamento no artigo 45, inciso IV, do supracitado Decreto, A INSCRIÇÃO DAS EMPRESASAAW TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA., CNPJ nº 07.264.386/0001-98, e AAZ TELECOMUNICAÇÕES E CONSULTORIA LTDA.,CNPJ nº 18.631.845/0001-40.NO CADASTRO DE FORNECEDORES IMPE-DIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL - CAFIMP,ambas pelo prazo de 03 (três) anos, contado a partir de 09/08/2017.
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, Belo Horizonte, 26 de setembro de 2017.

Eduardo Martins de Lima
Controlador-Geral do Estado
26 1012172 - 1

Editais e Avisos

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 71/2017. Critério de Julgamento: Menor Preço. Pro-cesso Interno nº 325/17. Base Legal: Lei nº 13.303/2016. Objeto: Contrata-ção de empresa especializada na prestação de serviços de Apólice de Seguro contra incêndio e riscos diversos na modalidade Riscos Nomeados. Data da sessão pública: 09/10/2017, às 09:00 horas, no site www.compras.mg.gov.br. Edital na íntegra disponível em: www.compras.mg.gov.br, www.code-mig.com.br, ou na sede da CODEMIG, à Rua Manaus, 467, Santa Efigê-nia, Belo Horizonte/MG, de segunda a sexta-feira, das 9 às 12 e de 14 às 17 horas.
Belo Horizonte 25 de setembro de 2017.
Núcleo de Licitações – NUCLI.

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO
Tomada de Preço: 11/2017- PROCESSO INTERNO: 184/17
Tipo: Técnica e Preço
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPE-CIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS, REFERENTES AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UNIDADE INDUSTRIAL DE ARCOS
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da CODEMIG, no uso de suas atribuições legais, decide conhecer dos recursos interpostos para, no mérito, julgar IMPROCEDENTE o recurso da licitante CONSOMINAS ENGENHARIA LTDA.; e PROCEDENTES os recursos interpostos pelas licitantes CARMO & DELGADO – GEÓLOGOS CONSULTORES LTDA E DETZEL CONSULTORES ASSOCIADOS S/A - EPP pelas razões expli-citadas na Ata de Julgamento constante do Processo Interno, tornando-se imperiosa a RETIFICAÇÃO da Ata de Julgamento da Habilitação, datada de 29.08.17 e publicada em 30.08.17, para constar os seguintes termos, QUE PASSAM A PREVALECER:
LICITANTES HABILITADAS
Carmo & Delgado – Geólogos Consultores Ltda
Consominas Engenharia Ltda;
Consórcio entre Brasilenrcorp – Engenharia, Meio Ambiente e Gestão Cor-porativa Ltda e Sustentare – Consultores Associados Ltda.
Detzel Consultores Associados S/A-EPP
Limiar Consultoria e Projetos Ltda;
Os autos do processo encontram-se com vista franqueada pelo prazo legal para interposição de recurso administrativo, de cinco dias úteis.
Belo Horizonte, 26 de setembro de 2017.
Comissão Permanente de Licitação

Resultado de julgamento de propostas de preços em processo licitatório TOMADA DE PREÇOS: 15/2017- PROCESSO INTERNO: 295/2017
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço
Objeto: contratação dos projetos executivos de arquitetura e engenharia necessários às obras de construção do Edifício Cineminas, no município de Patrocínio - MG.
A Comissão Permanente de Licitação procedeu à análise da conformidade e dos valores apresentados na proposta de preços da única licitante habilitada e declarou a licitante CIVITAS ARQUITETURA EIRELI - ME vencedora do certame, com proposta no valor global de R\$139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais).

Os autos do processo encontram-se com vista franqueada pelo prazo legal para interposição de recurso administrativo, de cinco dias úteis.
Belo Horizonte, 26 de setembro de de 2017.
Comissão Permanente de Licitação

13 cm -26 1012630 - 1
Extrato do Contrato n.º 5212 – DOMANI EDITORA LTDA ME X CODE-MIG – Objeto: Patrocínio ao evento MODOS E MODAS EM BH: Vigên-cia: Até 30/12/17, a partir da data de assinatura; Valor total: R\$ 40.000,00; Assinado em 18/09/2017.

Extrato do Contrato n.º 5213 – ASSOCIAÇÃO MOVE CULTURA X CODEMIG – Objeto: Patrocínio ao evento SEMANA DA ECONOMIA CRIATIVA DE CONTAGEM; Vigência: 6 (seis) meses, a partir da data de publicação; Valor total: R\$ 8.000,00; Assinado em 13/09/2017.

Extrato do Contrato n.º 5214 – ATÔMICA ARTES LTDA ME X CODE-MIG – Objeto: Patrocínio ao evento FID FÓRUM INTERNACIONAL DE DANÇA 22 ANOS; Vigência: 6 (seis) meses, a partir da data de publicação; Valor total: R\$ 6.000,00; Assinado em 18/09/2017.

Extrato do Contrato n.º 5215 – MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE X CODEMIG – Objeto: Cessão de espaços, dependências e instalações da Sala de Concertos Minas Gerais, integrante do Centro de Cultura Itamar Franco; Vigência: 25/09/17; Valor total: R\$ 49.500,00 para fins de registro; Assinado em 01/09/2017.

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 4955, Processo Interno nº 205/17. Contratado: CONSTRUTORA M.H.M LTDA EPP. CNPJ nº 00.594.381/0001-84. Objeto: Decréscimo de itens correspondentes a R\$ 1.095,75 do objeto do contrato. Base Legal: Lei 8.666/93. Data da Assi-natura: 18/09/17.

6 cm -26 1012632 - 1

COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ

COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ – COMIPA
CNPJ nº 17.806.779/0001-30
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores Acionistas da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, a se reunirem em Assembleia Geral Extra-ordinária, que será realizada na sede da sociedade, na Avenida Tancredo Neves, nº 30, Bloco A, Vila Silvéria, em Araxá/MG no dia 06 (seis) de outu-bro de 2017, às 15:00 (quinze) horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Eleição de membros da Diretoria
b) Outros assuntos de interesse da Sociedade
Araxá, 26 de setembro de 2017
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco
Diretor Presidente

4 cm -26 1012341 - 1

GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR

Resumo da Ata de Registro de Preços nº 06/2017, originária do Pregão Ele-trônico para Registro de Preços - Planejamento nº 194/2017 – GMG. O Ten Cel PM Subchefe do Gabinete Militar do Governador toma público que registrou os preços para a aquisição de 303 (trezentos e três) cami-nhões pipa, a fim de atender os municípios afetados pelos desastres da seca ou estiagem. Partes: GMG e a Empresa: Deva Veículos Ltda. Lote 01, RS241.835,00. Vigência: 12 (doze) meses a partir da sua publicação. A inte-gra da ARP encontra-se a disposição dos interessados no site: www.com-pras.mg.gov.br. Assinatura: 13/09/2017. Signatários Ten Cel PM Juliano Cançado Dias e Vitorio Mediolí.

3 cm -26 1012269 - 1

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS
Homologação
Pregão Eletrônico Nº 40/2017
Objeto: Projetores multimídia, TV’S Led e Máquinas fotográficas digital. O Presidente da EPAMIG, no uso de suas atribuições, homologa o resultado do processo licitatório 3051002000081/2017 com os seguintes resultados: Lote 1 e 2: Fracassados; Lote 3: empresa vencedora – Arena Informática Ltda-ME no valor de R\$4.136,25; Ratificado em 26/09/2017.

2 cm -26 1012514 - 1

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA

O Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Serviços Compar-tilhados - CSC, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, reali-zará a licitação PREGÃO ELETRÔNICO nº 1501561.000018/2017 Tipo: menor preço. Objeto: aquisição de equipamentos para laboratórios Split, Forno micro-ondas, Liquidificador e Freezer. A sessão do pregão ocorrerá no dia 11/10/2017, às 10h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informa-ções: wildes.ozorio@planejamento.mg.gov.br. Pregoeiro: Wildes Geraldo Gonçalves Ozorio

2 cm -26 1012620 - 1

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº255/2017. Partes: IMA e Pre-feitura Municipal de FRANCISCO BADARÓ. Objeto: ACT para implanta-ção de escritório para atendimento à comunidade. Prazo:60 meses da data de sua assinatura em 22 -09-2017.

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº254/2017. Partes: IMA e Pre-feitura Municipal de BERILO. Objeto: ACT para implantação escritório para atendimento à comunidade. Prazo:60 meses da data de sua assinatura em 22 -09-2017.

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº251/2017. Partes: IMA e Pre-feitura Municipal de ROSARIO DE LIMEIRA. Objeto: ACT para implanta-ção Posto para atendimento à comunidade. Prazo:48 meses da data de sua assinatura em 22 -09-2017.

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº253/2017. Partes: IMA e Pre-feitura Municipal de CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS. Objeto: ACT para implantação Posto para atendimento à comunidade. Prazo:36 meses da data de sua assinatura em 22 -09-2017.

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº095/2017. Partes: SINDI-CATO RURAL DOS PRODUTORES RURAIS DE RIO POMBA. Objeto: ACT implantação do Escritório Seccional para atendimento à comunidade. Prazo: 48 meses da data de sua assinatura em 22-09-2017.

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº206/2017. Partes: IMA e Pre-feitura Municipal de VARGINHA. Objeto:Implantação da Coordenadoria Regional. Prazo:48 meses a partir de sua assinatura em 22-09-2017.

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº247/2017.Partes:IMA e Pre-feitura Municipal de JEQUIRI.Objeto:Implantação de um escritório para atendimento à comunidade. Prazo:48 meses a partir de sua assinatura em 22-09-2017.

Extrato do Termo de Cessão de Uso nº114C/2017.Partes: IMA e Prefeitura Municipal de BOA ESPERANÇA.Objeto:Cessão do veículo, placa HMH 1482, destinado à complementação das atividades do IMA em atendimento ao produtor rural.Prazo:24 meses assinatura em 22.09.2017.

Extrato do Termo de Cessão de Uso nº115C/2017.Partes: IMA e Prefeitura Municipal de CORINTO. Objeto:Cessão do veículo, placa HMH 1429, destina-do à complementação das atividades do IMA em atendimento ao produ-tor rural.Prazo36 meses a partir da assinatura em 22.09.2017.

9 cm -26 1012491 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES E DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Extrato do Contrato de Nº 9140111/2017. Partes: Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional e a empresa HIDROS GERENCIA-MENTO PROJETOS E COMÉRCIO LTDA – EPP. Objeto: serviço topo-gráfico na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Valor: R\$89.500,00 que correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: 1471.15.127.046.45 49.001.339039.64.1.10.4. Prazo: 12 meses a contar da publicação. Data da assinatura: 22 de Setembro de 2017.

2 cm -26 1012306 - 1
Extrato do segundo termo aditivo ao convênio 1471001946/2013. Con-venientes: Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional/ Municí-pio de Cana Verde. Objeto: prorrogar vigência até 28.03.2018. Assinatura: 26.09.2017.

MINAS GERAIS - CADERNO 1

Extrato do primeiro Termo Aditivo ao convênio 1471001938/2015. Con-venientes: SEDRU/ Município de Quartel Geral. Objeto: prorroga o prazo de vigência do convênio original até 23.04.2018. Assinatura: 26.09.2017. Ficam convalidados e ratificados, para todos os fins e efeitos, os atos, expedientes e despesas procedidas e levadas a efeito a partir de 09 de abril de 2017 até a data de publicação deste termo.

3 cm -26 1012266 - 1

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0400 – PEM
Objeto: Reservatório Metálico Elevado 75m. Resultado: Encerrado. Não houve empresa vencedora, conforme consta dos autos.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0419 – PEM
Objeto: Tanques de Polietileno. Resultado: Encerrado. Não houve empresas interessadas, conforme consta dos autos.

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Nº CPLI.1020170128
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e ser-viços de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Agua da cidade de Uruçua / MG. Dia: 06/11/2017 08:30:00 horas - Local: Rua Carangola, 606 - Térreo - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG. Mais informações e o caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, através de down-load no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações/licitação de obras e serviços), a partir do dia 27/09/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Nº CPLI.1020170127
Objeto: execução, com fornecimento total de materiais, das obras e servi-ços de complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Capitão Enéas / MG. Dia: 01/11/2017 às 08:30 horas - Local: Rua Caran-gola, 606 - Térreo - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG. Mais inform-ações e o caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, através de download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações/licitação de obras e serviços), a partir do dia 27/09/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SPAL nº 05.2017/3058 – PMG (COTA RESERVADA PARA ME/EPP).
Objeto: Registros de gaveta em ferro fundido. Dia da Licitação: 11 de outu-bro de 2017 às 08:45 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antô-nio - Belo Horizonte. Edital disponível em 28/09/2017. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2017/0454 – PEM (COTA RESER-VADA PARA ME/EPP)
Objeto: Papel Higiénico. Dia da Licitação: 11 de outubro de 2017 às 14:15 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 28/09/2017. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2017/0478 – PEM (COTA RESER-VADA PARA ME/EPP)
Objeto: Cloreto Férrico. Dia da Licitação: 11 de outubro de 2017 às 14:30 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 28/09/2017. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2017/0461 – PEM (EXCLUSIVO PARA ME/EPP).
Objeto: Lanche padrão. Dia da Licitação: 16 de outubro de 2017 às 08:45 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 29/09/2017. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2017/0462 – PEM. (exclusivo PARA ME/EPP).
Objeto: Válvula Borboleta. Dia da Licitação: 16 de outubro de 2017 às 09:15 horas. Local: Rua Carangola, 606- Bairro Santo Antônio - Belo Hori-zonte, Edital disponível em 29/09/2017. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2017/0463 – PES.
Objeto: Manutenção em Veículos Multimarcas. Dia da Licitação: 16 de outubro de 2017 às 14:15 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 29/09/2017. Mais informa-ções: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).
A DIRETORIA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Fundamentação Legal: Artigo 25, inciso 1 da Lei Federal 8.666/93. Pro-cesso: 96.722. Objeto: Fomecimento de vale transporte aos empregados do Distrito Regional Vale do Aço. Prestador e Valor: Viçação Lopes & Cía Ltda. RS27.541,80. Prazo de Vigência: 012 Meses. Reconhecimento do Ato: Albino Júnior B. Campos. – Superintendência de Operação Vale do Rio Doce e Vale do Aço. Frederico L. Ferreira Delfino. – Diretoria de Operação Suc. Ratificação do Ato: Sinara I. Meireles Chenna. – Diretora-Presidente da COPASA.

20 cm -26 1012579 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA – Extrato
Termo de Rescisão ao contrato nº 9049736/2015. Partes: EMG/SEC e a empresa Veredito Diários Oficiais Ltda - ME. Objeto: Rescisão unilateral, por parte desta Secretaria, do contrato nº 9049736/2015 referente a presta-ção de serviços de assinaturas de periódicos em meio físico e digital. Data: 26/09/20167. Angelo Oswaldo de Araújo Santos/SEC e Danielle Aparecida Martinelli Jesus/ Veredito Diários Oficiais Ltda. - ME.

2 – SEXTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2018

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, e nos termos do art. 7º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.536, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **ANDRÉA LEITE RIOS**, MASP 1319218-2, titular do cargo de provimento em comissão DAD-6 VD1100955, de recrutamento Amplo, a direção da Diretoria de Habitação de Interesse Social da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

no uso de suas atribuições, **torna sem efeito** o ato publicado em 24/01/2018, pelo qual **CÔSME AMARAL COSTA**, MASP 1018214-5, foi nomeado para o cargo DAD-6 DA1100964 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009 e nos termos do art. 7º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **dispensa** da direção da Diretoria de Recursos Humanos, **BÁRBARA LUÍZA RAMOS**, MASP 1312787-3, ocupante do cargo de provimento em comissão DAD-3 DA1101126, de recrutamento Amplo, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009 e nos termos do art. 7º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **dispensa** da direção da Superintendência de Ação Discriminatória e Arrecadação de Terras, **CLAUDIA PIMENTA ROCHA**, ocupante do cargo de provimento em comissão DAD-6 DA1101116, de recrutamento amplo, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, e nos termos do art. 7º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.536, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **CLAUDIA PIMENTA ROCHA**, titular do cargo de provimento em comissão DAD-6 DA1101116, de recrutamento amplo, a direção da Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.

usando da competência delegada pelo art. 1º, VII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, e nos termos do art. 9º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.536, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **CARLOS HENRIQUE OTONI**, MASP 1017639-4, ocupante da função gratificada FGD-7 DA1100291, a direção da Diretoria de Georreferenciamento Rural da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, e nos termos do art. 7º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.536, de 27 de janeiro de 2011, **atribui** a **DENISE MARIA GATTAS HALLAK**, MASP 1164650-2, titular do cargo de provimento em comissão DAD-4 EO1102624, de recrutamento amplo, a direção da Diretoria de Incentivo ao Esporte Educacional da Secretaria de Estado de Esportes.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

usando da competência delegada pelo art. 1º, VIII, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a **ANA CAROLINA ABRANTES**, MASP 1391587-1, a gratificação temporária estratégica GTED-1 PH1100288 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a contar de 25/01/2018.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **dispensa** **NATAN JOSÉ CAMPOS DE CARVALHO**, MASP 1169444-5, da função gratificada FGD-4 ED1100196 da Secretaria de Estado de Educação, a contar de 31/01/2018.

Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA

ATO Nº 134/2018 CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, aos servidores:

Nome	Masp	Nº quinq	A partir de:
DENISIA VARGAS MATOSO DE LIMA	1187655-4	2º	09-02-2018
FLAVIA ALESSANDRA DE LIMA	1187611-7	2º	10-02-2018
LUIZA EMIKO HAMAWAKI KAWAMURA	1187693-5	2º	15-02-2018
MATILDE MOREIRA REZENDE	0352377-6	6º	12-02-2018
WALDIR PEREIRA DE CARVALHO	0633766-1	2º	14-02-2018

Marcelio de Sousa Magalhães Diretor-Geral	09 1060588 - 1
--	----------------

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

ATO Nº 133/2018 CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112, do ADCT, da CE/1989, aos servidores:

Nome	Masp	Nº Quinq.	A partir de:
ALINE RIBEIRO ROCHA DE SOUZA	1017166-8	7º	08-02-2018
MIRIAM SOUZA PINTO DE ALVARENGA	1017035-5	8º	14-02-2018

Marcelio de Sousa Magalhães Diretor-Geral	09 1060590 - 1
--	----------------

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

ATO Nº 129/2018 CONCEDE PROGRESSÃO NA CARREIRA, nos termos da Lei 15.303/2004, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, relacionados abaixo:

MASP	NOME	CARGO	ATUAL		ANDAMENTO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
10170850	ADELICIO GARCIA DA SILVA	FISAG	VI	A	VI	B	01/01/2015
11280617	ALBERTO MAURO FONSECA ADJUTO	FISAG	II	B	II	C	15/02/2018
11283082	ANNA ZILDA SPAMPINATO	FISCA	II	B	II	C	07/02/2018
11282605	BRUNO SILVA CAMARA	EGDA	II	B	II	C	18/01/2018
10171478	CARLOS ROBERTO DE MORAIS	FISAG	IV	A	IV	B	30/01/2018
11190816	DENIS LUCIO CARDOSO	FISCA	II	B	II	C	14/01/2018
11876554	DENISIA VARGAS MATOSO DE LIMA	FISAG	II	A	II	B	20/01/2018
11309929	EMILSON MURILO COUTINHO	FISCA	II	B	II	C	06/02/2018
11876117	FLAVIA ALESSANDRA DE LIMA	FISCA	II	A	II	B	01/02/2018
10613123	GERALDO MAGELA BARBOSA	AGDA	I	C	I	D	02/02/2018
11279759	HELEN MARA FIALHO BARBOSA	FISAG	II	B	II	C	10/02/2018
10173037	ITAMAR SILVA	FISCA	V	A	V	B	01/01/2018
11875580	KENIA DA SILVA GUIMARAES	FISCA	II	A	II	B	13/02/2018
11295078	MARCELO DE SOUZA	FISCA	II	B	II	C	21/01/2018
11866944	MARCELO DE SOUZA MORAIS	FISCA	II	A	II	B	17/01/2018
11868627	MARCOS VIEIRA RAMOS	FISAG	II	A	II	B	25/01/2018
11315033	NILSON ANTONIO DA SILVA	AGDA	II	B	II	C	23/01/2018
11867439	RODRIGO CARVALHO FERNANDES	FISCA	II	A	II	B	25/01/2018
11868726	RODRIGO PAIXAO DE MELO	FISCA	II	A	II	B	28/01/2018
10173490	SERGIO PACHECO	FISCA	II	A	II	B	28/01/2018
10172989	TADEU JOSE GOMES	FISAG	IV	A	IV	B	01/01/2018
11867207	VITOR JOSE AUGUSTO	AGDA	II	A	II	B	15/02/2018
11868619	WALMIR GOMES SALES	FISAG	II	A	II	B	13/02/2018
12700324	WELLERSON CHARLES DA SILVA PEREIRA	AGDA	I	C	I	D	17/01/2018

Marcelio de Sousa Magalhães Diretor-Geral	09 1060592 - 1
--	----------------

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

ATO Nº 115/2018 DISPENSA com base no artigo 106, alínea “b”, da lei nº 869, de 05 de julho de 1952, do cargo de provimento em comissão, os servidores:

Servidor	Masp	Cargo	Nº Vaga	A partir de:
MARILIA DE OLIVEIRA CAVALIERI	1017135-3	FGL-3	IM 1100146	06-02-2018
ANTONIO AUGUSTO MOREIRA PINTO	1017894-5	FGL-4	IM 1100129	06-02-2018

Marcelio de Sousa Magalhães Diretor-Geral	09 1060597 - 1
--	----------------

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA	09 1060591 - 1
---	----------------

ATO Nº 130/2018 TORNA SEM EFEITO no ato 009/2016 publicado em 16-01-2016, e progressão na carreira, no que se refere ao servidor ADELCIO GARCIA DA SILVA, masp 1017085-0, por ter sido publicado indevidamente.

Marcelio de Sousa Magalhães
Diretor-Geral

ATO Nº 118/2018 CONVERTE férias prêmio em espécie, nos termos do artigo 117 do ADCT da CE/1989, a servidora MARILIA DE OLIVEIRA CAVALIERI, masp 1017135-3, cargo efetivo de Fiscal Agropecuário, referente ao saldo de 11(onze) meses, a partir de 06-02-2018, data de sua aposentadoria.

ATO Nº 120/2018 CONVERTE férias prêmio em espécie, nos termos do artigo 117 do ADCT da CE/1989, o servidor LUCIO JOSE DELGADO, masp 1017077-7, cargo efetivo de Fiscal Assistente Agropecuário, referente ao saldo de 03(três) meses, a partir de 06-02-2018, data de sua aposentadoria.

ATO Nº 122/2018 CONVERTE férias prêmio em espécie, nos termos do artigo 117 do ADCT da CE/1989, a servidora MARIA DO CARMO CAMPOS, masp 1017908-3, cargo efetivo de Fiscal Agropecuário, referente ao saldo de 01(um) mês, a partir de 06-02-2018, data de sua aposentadoria.

ATO Nº 124/2018 CONVERTE férias prêmio em espécie, nos termos do artigo 117 do ADCT da CE/1989, o servidor ANTONIO AUGUSTO MOREIRA PINTO, masp 1017894-5, cargo efetivo de Fiscal Agropecuário, referente ao saldo de 02(dois) meses, a partir de 06-02-2018, data de sua aposentadoria.

Marcelio de Sousa Magalhães Diretor-Geral	09 1060601 - 1
--	----------------

ATO Nº 118/2018 CONVERTE férias prêmio em espécie, nos termos do artigo 117 do ADCT da CE/1989, a servidora MARILIA DE OLIVEIRA CAVALIERI, masp 1017135-3, cargo efetivo de Fiscal Agropecuário, referente ao saldo de 11(onze) meses, a partir de 06-02-2018, data de sua aposentadoria.

ATO Nº 120/2018 CONVERTE férias prêmio em espécie, nos termos do artigo 117 do ADCT da CE/1989, o servidor LUCIO JOSE DELGADO, masp 1017077-7, cargo efetivo de Fiscal Assistente Agropecuário, referente ao saldo de 03(três) meses, a partir de 06-02-2018, data de sua aposentadoria.

ATO Nº 122/2018 CONVERTE férias prêmio em espécie, nos termos do artigo 117 do ADCT da CE/1989, a servidora MARIA DO CARMO CAMPOS, masp 1017908-3, cargo efetivo de Fiscal Agropecuário, referente ao saldo de 01(um) mês, a partir de 06-02-2018, data de sua aposentadoria.

ATO Nº 124/2018 CONVERTE férias prêmio em espécie, nos termos do artigo 117 do ADCT da CE/1989, o servidor ANTONIO AUGUSTO MOREIRA PINTO, masp 1017894-5, cargo efetivo de Fiscal Agropecuário, referente ao saldo de 02(dois) meses, a partir de 06-02-2018, data de sua aposentadoria.

Secretaria de Estado de Governo

Secretário: Odair José da Cunha

Expediente

RESOLUÇÃO SEGOV Nº 663 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a dilação de prazo para apresentação de relatório conclusivo pela Comissão Especial instituída por meio da Resolução SEGOV nº 649, de 23 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO, no uso das atribuições previstas no inciso III, § 1º do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais e, considerando o disposto no Decreto nº 47.047, de 16 de setembro de 2016 e no § 1º, inciso V, do art. 51 do Decreto nº 45.242, de 11 de dezembro de 2009, e, ainda, a justificativa aposta por meio do MEMO/02/2018, de 09/02/2018, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo assinalado no art. 1º, da Resolução SEGOV nº 660, de 23 de dezembro de 2017, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 22 de janeiro de 2018, para que a Comissão possa concluir seus trabalhos e apresentar o Relatório Conclusivo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 22 de janeiro de 2018.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2018.

Odair José da Cunha
Secretário de Estado de Governo

15 1061622 - 1

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretário: Pedro Cláudio Coutinho Leitão

Instituto Mineiro de Agropecuária

Diretor-Geral: Marcelio de Sousa Magalhães

ATO Nº 138/2018 APOSENTA, a partir de 15-02-2018, com proventos integrais, nos termos do artigo 3º da Emenda à Constituição Federal, nº 47/2005, o servidor TEOFILO DE PINHO ANDRADE, masp 1017133-8, cargo efetivo de Fiscal Agropecuário, nível V, grau B, com direito a gratificação de 20%(vinte por cento), calculada sobre o valor atribuído ao nível 12, grau I, do cargo em comissão de chefe de escritório seccional.

Marcelio de Sousa Magalhães
Diretor-Geral

15 1061532 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

MINAS GERAIS - CADERNO 1

b)Aparecida Barbosa da Costa – MASP: 366.547-8 e

c)Lindomar José Gomes da Silva – MASP: 359.118-7.

II – Membros suplentes:

a)Marianna Reis Victoria – MASP: 752.951-4;

b)Alessandra Aline Vaz Moreira Nunes – MASP: 1.158.519-7 e

c)Marcus Vinicius Silveira Borges – MASP: 1.436.841-9.

§ 1º - Os membros deverão participar de todas as reuniões da comissão de monitoramento e avaliação.

§ 2º - As reuniões da comissão de monitoramento e avaliação ocorrem semestralmente.

§ 3º - O membro da comissão de monitoramento e avaliação deverá se declarar formalmente impedido, caso tenha:

I – participado da comissão de seleção de parceria a ser monitorada e avaliada; ou

II – mantido relação jurídica, nos últimos cinco anos, com a organização da sociedade civil parceira, tais como:

a)Ser ou ter sido associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou trabalhados da OSC parceira;

b)Ser conjugue ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, do dirigente da OSC parceira;

c)Ter recebido, como beneficiário, os serviços da OSC parceira;

d)Ter efetuado doações para a OSC parceira;

e)Ter interesse direto ou indireto na parceria e;

f)Ter amizade íntima ou inimizade notória com o dirigente da OSC parceira.

§ 4º - Na ausência ou impedimento de membro titular, o membro suplente deverá assumir todas as atribuições do titular ausente ou impedido, devendo os documentos da substituição serem anexados aos autos da parceria.

§ 5º - A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Art 3º. Compete à comissão de monitoramento e avaliação, nos termos do art. 61 do Decreto nº 47.132 de 2017:

I – verificar o resultado da parceria, por meio da análise quantitativa do instrumento celebrado, da parceria vigente, do relatório de monitoramento e da prestação de contas anual apresentada pela OSC parceira;

II – propor o aprimoramento dos procedimentos, a padronização de objetos, custos e parâmetros;

III – produzir entendimento voltado à priorização do controle de resultados; e

IV – homologar o relatório técnico de monitoramento e avaliação elaborado pelo gestor da parceria no prazo previsto na legislação.

Parágrafo único – A análise de que trata o inciso I considerará, quando houver, os relatórios de visita técnica in loco e os resultados de pesquisas de satisfação.

MINAS GERAIS

Diário Oficial dos Poderes do Estado

Criado em 06/11/1891

Governo do Estado de Minas Gerais

GOVERNADOR
FERNANDO DAMATA PIMENTEL

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CASA CIVIL
E DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA

SUBSECRETÁRIO DE IMPRENSA OFICIAL
TANCREDO ANTÔNIO NAVES

SUPERINTENDENTE DE REDAÇÃO E EDITORAÇÃO
HENRIQUE ANTÔNIO GODOY

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE SERVIÇOS
GUILHERME MACHADO SILVEIRA

DIRETORA DE PRODUÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL
ROSANA VASCONCELLOS FORTES ARAÚJO

SUBSECRETARIA DE IMPRENSA OFICIAL
Cidade Administrativa - Palácio Tiradentes
Rod. Papa João Paulo II, 4001, 2º andar , Serra Verde
CEP: 31630-901 - Belo Horizonte / MG

Atendimento Geral
(31)3916-7098 / (31)3916-7047 / (31)3915-0092
E-mail: atendimento@casacivil.mg.gov.br

Assinatura de Jornal
E-mail: assinatura@casacivil.mg.gov.br

Contrato de Publicação
E-mail: atendimento@casacivil.mg.gov.br

Cancelamento de Publicação
E-mail: diario@casacivil.mg.gov.br

Página eletrônica: www.iof.mg.gov.br

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

Diretor-Geral: Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso

O Diretor Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE-MG, dispensa, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, LUZIA MARIA DE RESENDE FILHA, MASP 904459-5, do cargo de provimento em comissão DAI-22 AR1100168, constante do Anexo X do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, a contar de 29 de janeiro de 2018.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2018

Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso Diretor Geral	09 1060661 - 1
--	----------------

Secretaria de Estado de Cultura

Secretário: Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Expediente

RESOLUÇÃO Nº 021 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

Constitui a comissão de monitoramento e avaliação destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais com as organizações da sociedade civil.

O Secretário de Estado de Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso III do § 1º do artigo 93 da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal 13.019 de 31 de junho de 2014, e no inciso XV do art. 2º do Decreto nº 47.132 de 20 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art 1º. Fica constituída a comissão de monitoramento e avaliação para monitorar o conjunto das parcerias celebradas pela Secretaria de Estado de Cultura com a Associação Comunitária Sol Nascente – nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 47.132 de 20 de janeiro de 2017.

Art 2º. A comissão de monitoramento e avaliação será composta por:

I – Membros titulares:

a)Cesária Alice Macedo – MASP: 1.122.938-2, desempenhando a função de presidente da comissão;

6 – SEXTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2018

como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III- emitir parecer técnico conclusivo da análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59;

IV – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

V – informar ao administrador publico eventual inexecução do objeto por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, para que o atendimento de serviços essências seja assegurado.

Gestor: Mara Mattos Cardoso – MASP: 1.428.349-3

Angelo Oswaldo de Araujo Santos
Secretário de Estado de Cultura
RESOLUÇÃO Nº 040 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

Designa o gestor para gerir parceria celebrada pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais com as organizações da sociedade civil.

Objeto: Produção e Lançamento de Livros
Valor: R\$ 43.700,00
Plano de Trabalho nº 1390/2017

Em atendimento ao disposto no artigo 61 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014, fica designado o servidor abaixo especificado para gerir o Termo de Fomento referenciado neste documento.

O gestor deverá:

I – acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Fomento;

II – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do Termo de Fomento e de indícios de irregularidades na gestão de recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III- emitir parecer técnico conclusivo da análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59;

IV – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

V – informar ao administrador publico eventual inexecução do objeto por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, para que o atendimento de serviços essências seja assegurado.

Gestor: Lucas Guimaraens de Araújo Ribeiro – MASP: 1.387.534-9

Angelo Oswaldo de Araujo Santos
Secretário de Estado de Cultura
RESOLUÇÃO Nº 045 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

Designa o gestor para gerir parceria celebrada pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais com as organizações da sociedade civil.

Objeto: Aquisição de Acervo Bibliográfico
Valor: R\$ 17.000,00
Plano de Trabalho nº 1818/2017

Em atendimento ao disposto no artigo 61 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014, fica designado o servidor abaixo especificado para gerir o Termo de Fomento referenciado neste documento.

O gestor deverá:

I – acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Fomento;

II – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do Termo de Fomento e de indícios de irregularidades na gestão de recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III- emitir parecer técnico conclusivo da análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59;

IV – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

V – informar ao administrador publico eventual inexecução do objeto por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, para que o atendimento de serviços essências seja assegurado.

Gestor: Lucas Guimaraens de Araújo Ribeiro – MASP: 1.387.534-9

Angelo Oswaldo de Araujo Santos
Secretário de Estado de Cultura
15 1061252 - I

Fundação Clóvis Salgado

Presidente: Augusto Nunes Filho
O Presidente da Fundação Clóvis Salgado, no uso de suas atribuições legais, CONVERTE FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE, nos termos do art. 1, § 2º do Decreto 44.391 de 03 de outubro de 2006, ao servidor: Masp 1.035.818-2, Robson dos Santos, referente ao saldo de 12 (doze) meses do cargo de Técnico de Gestão Artística, nível I, grau A. Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2018.
06 1058841 - I

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretário: Helvécio Miranda Magalhães Júnior

Expediente

Retifica na Resolução Nº 04 de 06 de fevereiro de 2018 publicada na IOF do dia 07/02/2018, o seguinte:
Onde se lê:

Masp	Nome	Adm.	Cargo	Nível Anterior	Grau Anterior	Nível Atual	Grau Atual	Vigência
3294907	Silvana Rodrigues do Carmo	1	AGOV	IV		IV	B	01/01/2018

Masp	Nome	Adm.	Cargo	Nível Anterior	Grau Anterior	Nível Atual	Grau Atual	Vigência
3358546	Silvana Rodrigues do Carmo	1	AGOV	IV	A	IV	B	01/01/2018

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Expediente

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO
Alexandre de Lima Chumbinho
Secretário de Estado Adjunto

ATO/005/2018 - REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, nos termos do Art. 36, § 6º da Constituição Estadual de 1989 e art. 11 do Decreto nº 42.758 de 2002, os servidores: Masp 1018142-8, Maria de Lourdes Pereira Passos, cargo efetivo de Técnico de Desenvolvimento Rural – TDR, Nível IV, Grau C, aposentadoria integral nos termos do artigo 6º da EC 41/03, a partir de 06/02/2018. Masp 1018406-7, José Emídio da Silva Filho, cargo efetivo de Auxiliar de Desenvolvimento Rural – AUDR, Nível II, Grau B, aposentadoria integral nos termos do artigo 6º da EC 41/03, a partir de 06/02/2018.

ATO/006/2018 - CONCEDE ABONO PERMANÊNCIA, nos termos do § 19 do art. 40 da CF/89, com redação dada pela EC nº 41/03, aos servidores: Masp 1018511-4, Divino Manoel do Nascimento, Analista de Desenvolvimento Rural – ANDR, Nível V, Grau B, a partir de janeiro de 2018. ATO/007/2018 - CONCEDE QUINQUÊNIO ADMINISTRATIVO, nos termos do artigo 112 do ADCT, da CE/1989, aos servidores: Masp 1018511-4, Divino Manoel do Nascimento, cargo efetivo de Analista de Desenvolvimento Rural - ANDR, Nível V, Grau B, 10% referente ao 7º quinquênio, a partir de 26/01/2018. Masp 1018499-2, Vilson Cardoso Machado, cargo efetivo de Técnico de Desenvolvimento Rural - TDR, Nível III, Grau I, 10% referente ao 7º quinquênio, a partir de 28/01/2018.

15 1061290 - I

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Alexandre de Lima Chumbinho
Secretário de Estado Adjunto

ATO Nº 008/2018 - REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/7/1952, por oito dias, a servidora: MASP 1.393.160-5, MARIA AUXILIA-DORA GOMES, a partir de 04/02/2018.

15 1061603 - I

Secretaria de Estado de Esportes

Expediente

RESOLUÇÃO SEESP Nº5, de 15 de fevereirode 2018.
Institui Comissão de Avaliação Técnica Permanente para análise técnica de amostras de bens permanentes – equipamentos e materiais-esportivos a serem adquiridos pela Secretaria de Estado de Esportes em procedimentos licitatórios.
OSECRETÁRIODE ESTADO DE ESPORTES em exercicio, no uso de atribuição prevista no Artigo 93, §1º, incisos I e III da Constituição do Estado de Minas Gerais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº10.520/2002,Lei Estadual nº 14.167/2002 e no Decreto Estadual nº 44.786/2008,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica instituída Comissão de Avaliação Técnica Permanente para análise de amostras de bens permanentes - equipamentos e materiais esportivos a serem adquiridos pela Secretaria de Estado de Esportes, com finalidade específica de verificar conformidade técnica – avaliação e julgamento de amostras, em cumprimento às especificações contidas no instrumento editalício.
Parágrafo Único – A Comissão de Avaliação Técnica Permanente, a que se refere o caput deste artigo, responsabilizar-se-á pela avaliação e julgamento de amostras, com estrita observância aos critérios objetivos descritos em Edital de Licitação, aos princípios da Administração Pública e das diretrizes de Governo relativas às políticas públicas pertinentes, acostando ao respectivo processo licitatório “Ata de Julgamento das Amostras”.
Art. 2º - Integram a Comissão de Avaliação Técnica Permanente, representantes da Secretaria de Estado de Esportes, sob a Presidência do primeiro, os seguintes membros:
Henrique Ribeiro da Glória Antunes – MASP 752.797-1
Samuel Dutra de Souza – MASP 1.316.572-1
Cláudio Roberto Coelho – Masp. 1.316.369 – 6
Rócio de Lima Gomes – MASP 361.899-8
Denilson Pedrosa da Rocha – Masp. 1.002.481- 8
Nuila Rangel Chaves– Masp. 1.389.436- 5
Renato Vieira da Silva – Masp. 1.121.568-8
Paragrafo Único. Na sua ausência ou impedimento do Presidente, os trabalhos da Comissão de Avaliação Técnica Permanente serão presididos pelo segundo membro.Art. 3º -A atividade dos integrantes da Comissão de Avaliação Técnica Permanente serão exercidas sem prejuizo das atribuições do cargo ou função que ocupem, sendo considerada prestação de serviço público relevante não remunerada.
Art 4º -A investiduros membros daComissão de Avaliação Técnica Permanente será de 01 (um) ano, sendo possível a recondução para períodos subsequentes, devendo ser observado o disposto no §4º do art. 51 da Lei nº 8.666/93
Art 5º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belo Horizonte, 15de fevereirode 2018.
Ricardo Alexandre Sapi de Paula
Secretáriode Estado de Esportes em exercicio

15 1061595 - I

Atos do Senhor Secretário de Estado Adjunto Ricardo Alexandre Sapi de Paula

AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº. 22, de 25.04.2003, à Servidora:

Masp. 295.843-7, Cibele Fátima Dias Castro, Analista de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento - ANGPD, Nível V, Grau A, por 03 (três) meses, referentes ao 6º (sexto) quinquênio de exercicio, a partir de 31.01.2018.

Ricardo Sapi Secretário de Estado Adjunto de Esportes
15 1061421 - I

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
No texto do ato publicado em 09/02/2018, referente à liberação da servidora para mandato eletivo sindical, publicado no “Minas Gerais” de 09/02/2018, pág. 04, col. 01, do Caderno I, Diário do Executivo, onde se lê: “..Elaine Cristina Ribeiro, MASP 344.269-2” leia-se: “ Elaine Cristina Ribeiro, MASP 330.269-2”.

09 1061127 - I

PORTARIA SEPLAG Nº 001/2018- 1º Aditamento
A Subsecretaria de Operação e Gestão de Projetos da Cidade Administrativa, no uso da sua competência delegada por meio da resolução SEPLAG nº 59, de 6 de agosto de 2012, alterada pela Resolução SEPLAG nº 038, de 08 de setembro de 2016, art. 6º B inciso oitavo, tendo em vista os motivos apresentados pelo Presidente da Comissão de Sindicância Administrativa Investigatória:
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar o prazo estabelecido pela PORTARIA SEPLAG Nº 001/2018, com extrato publicado no Diário Oficial do Executivo de 10 de janeiro de 2018, por mais 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 223 da Lei Estadual nº 869/52.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2018.
Grasielle Oliveira Espósito
Subsecretaria de Operação e Gestão de
Projetos da Cidade Administrativa

15 1061584 - I

Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional

SUPERINTENDENCIA CENTRAL DE PERICIA
MEDICA E SAUDE OCUPACIONAL
DIRETORA : ROSELI DA COSTA OLIVEIRA
COMUNICAÇÃO : 0077/2018
REGIONAL : Montes Claros
Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 46.061 de 10/10/2012.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
- 0000000 Charles Simoes Lacerda – – 0 - - 15 - 13/11/2017 A 27/11/2017 - 158.1

Secretaria de Estado de Educacao 22º SRE - Montes Claros, 03649688
Maria Aparecida de Araujo Pereira Silva – PEB – 2 - Montes Claros - 5 - 27/11/2017 A 01/12/2017 - 158.1, 06145510 Erlane Antunes Goncalves Velloso – PEB – 1 - Montes Claros - 12 - 12/12/2017 A 23/12/2017 - 158.1, 06156913 Edna Solange Alves Santos Dias – PEB – 1 - Sao Joao do Paraíso - 71 - 22/10/2017 A 31/12/2017 - 158.1, 06156913 Edna Solange Alves Santos Dias – PEB – 2 - Sao Joao do Paraíso - 71 - 22/10/2017 A 31/12/2017 - 158.1, 13336904 Karoline Rocha Ribeiro – PEB – 3 - Coracão de Jesus - 2 - 23/11/2017 A 23/11/2017 - 158.1

Fica sem efeito a publicação de licença para tratamento de saúde do(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), por ter sido publicada indevidamente.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade publicação
Secretaria de Estado de Educacao 22º SRE - Montes Claros, 03649688
Maria Aparecida de Araujo Pereira Silva – PEB – 1 - Montes Claros - 5 - 27.11.2017,01.12.2017,4198/2017,MG 07.12.2017

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei nº 869/52, combinado com o Decreto nº 46.061 de 10/10/2012, e/ou afastamentos do trabalho por motivo de Saúde nos termos da resolução SEPLAG nº 119/2013.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Secretaria de Estado de Educacao 17º SRE - Januária, 14225874
Elaine Ferreira de Oliveira – ASB – 1 - Januaria - 15 - 07/11/2017 A 21/11/2017 - 22º SRE - Montes Claros, 10344331 Joao de Deus Mendes – ASB – 2 - Montes Claros - 1 - 30/10/2017 A 30/10/2017 -

Avaliação Pericial pela MANUTENÇÃO DA APTIDÃO COM ACOMPANHAMENTO em estágio probatório, nos termos do §7º do art. 3º do Decreto nº 46.968, de 11 de março de 2016, combinado com inciso I do art. 2º da Resolução SEPLAG nº 36, de 13 de julho de 2017, do(s) servidor(es) abaixo.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade
Secretaria de Estado de Educacao 22º SRE - Montes Claros, 11274537
Fabiana Velloso Versiani – PEB – 3 - Brasília de Minas

COMUNICAÇÃO : 0164/2018
REGIONAL : Patos de Minas
Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 46.061 de 10/10/2012.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Secretaria de Estado de Educacao 28º SRE - Patos de Minas, 02685584
Augusta Maria Ferreira e Silva – PEB – 2 - Patos de Minas - 30 - 28/01/2018 A 26/02/2018 - 158.1, 03905585 Dalva Maria da Fonseca Venancio – PEB – 1 - Lagoa Formosa - 60 - 08/02/2018 A 08/04/2018 - 158.1, 03906419 Maria de Lourdes Silva Silveira – ATB – 1 - Patos de Minas - 1 - 02/02/2018 A 02/02/2018 - 158.1, 08797912 Maria das Gracas Braga Ferreira – PEB – 1 - Patos de Minas - 60 - 28/01/2018 A 28/03/2018 - 158.1, 09767799 Meire Aparecida de Sousa Oliveira – PEB – 5 - Patos de Minas - 30 - 29/01/2018 A 27/02/2018 - 158.1, 10517266 Mirlene Aparecida Pereira – PEB – 1 - Patos de Minas - 60 - 31/01/2018 A 31/03/2018 - 158.1, 10802924 Heloisa Tolentino – EEB – 3 - Patos de Minas - 45 - 05/02/2018 A 21/03/2018 - 158.1, 11046505 Ilmar Pacheco da Silva Bormia – ATB – 4 - Sao Gotardo - 30 - 05/02/2018 A 06/03/2018 - 158.1, 11993987 Ricardo Gomes Pereira – PEB – 3 - Patos de Minas - 60 - 08/02/2018 A 08/04/2018 - 158.1, 12546057 Dayane Martins de Barros – PEB – 3 - Patos de Minas - 60 - 05/02/2018 A 05/04/2018 - 158.1, 13350418 Sonia Maria Moreira – ATB – 3 - Lagoa Grande - 4 - 23/01/2018 A 26/01/2018 - 158.1, 14095343 Viviane da Cruz Ribeiro Carvalho – EEB – 2 - Patos de Minas - 30 - 08/02/2018 A 09/03/2018 - 158.1

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

Presidente: Hugo Vocurca Teixeira

ATOS DA DIRETORIA DE PREVIDENCIA
Concede, nos termos do Art. 40, § 7º, I, da CF/88, C/ Red. da EC 41/03, C/C Art. 2º da Lei 10.887/04, C/C Art. 4º e 6º da LC 64/02 e Decreto 42.758/02, benefícios de pensão por morte a:

Nº Benefício	Instituidor	Beneficiário(s)	Data de Vigência	Protocolo
68648-4	Lais Teresinha Pinho Ferrari	Fernanda Pinho Ferrari, Ana Elisa Pinho Ferrari	19/01/2018	27/12/2017
68807-0	Marcio Jose da Cunha Jardim	Beatriz Mosci Piancastelli	27/01/2018	07/02/2018
68809-6	Maria Trindade Rangel Leite Brandao	Jose Augusto Henriques Brandao	24/11/2017	08/02/2018
68810-0	Maria Helena Gramigna Perdigão	Raimundo Jose Perdigão	27/01/2018	08/02/2018
68811-8	Antônio Lucas Pereira	Maria Mercês Lucas Pereira	10/01/2018	08/02/2018
68812-6	Maria Rosa de Faria	Agostinho Silvino de Faria	11/12/2017	09/02/2018
68813-4	Jose de Oliveira	Olivia Cecilia Rosa Oliveira	11/01/2018	09/02/2018
68816-9	Luiz Antonio Goncalves	Nair Elena da Silva Goncalves	29/01/2018	09/02/2018
68817-7	Jose de Castro	Maria Candida Ribeiro	13/01/2018	09/02/2018
68818-5	Otaviano Goncalves Ramos	Orades dos Santos	20/01/2018	09/02/2018

Concede, nos termos da Decisão Judicial, inclusão no rol de beneficiários da pensão por morte a:

Nº Benefício	Instituidor	Beneficiário(s)	Data de Vigência	Protocolo
44118-0	Lucia Helena Lima Fernandes	Katia Cristina Lima Fernandes	01/01/2018	07/02/2018

Autoriza, nos termos do Art. 40, § 7º, I, da CF/88, C/ Red. da EC 41/03, C/C Art. 2º da Lei 10.887/04, C/C Art. 4º e 6º da LC 64/02 e Decreto 42.758/02, a revisão do valor inicial do beneficio de pensão por morte a:

Nº Benefício	Instituidor	Beneficiário (s)	Data de Vigência	Protocolo
63449-2	Rubens Dias Moreira	Cleuza Guimaraes Moreira	05/04/2015	08/02/2018
60324-4	Antônio Geraldo dos Santos	Wanilda Dayrell dos Santos	30/07/2013	08/02/2018
53659-8	José de Oliveira Simões	Leda de Souza Simões	07/03/2010	08/02/2018
67989-5	Carlos Francisco Pereira Moreira	Lucia Elenice Molinero Moreira	31/08/2017	06/02/2018
68441-4	Heloisa da Silva Rezende	Guaraci Firmino	03/11/2017	07/02/2018

29º SRE - Patrocínio, 08681199 Sandra Borges da Cunha Costa e Campos – SEI – 3 - Patrocínio - 30 - 25/01/2018 A 23/02/2018 - 158.1, 10016020 Marcia Cristina de Barros – DIH – 1 - Serra do Salitre - 13 - 02/02/2018 A 14/02/2018 - 158.1, 10016020 Marcia Cristina de Barros – PEB – 2 - Serra do Salitre - 13 - 02/02/2018 A 14/02/2018 - 158.1, 13987946 Juannyta de Freitas Campos Maziero – ATB – 1 - Patrocínio - 3 - 30/01/2018 A 01/02/2018 - 158.1

33ª SRE - Ponte Nova, 05523238 Fernando Jose Lopes – PEB – 5 - Canaa - 90 - 31/01/2017 A 30/04/2017 - 172, 05523238 Fernando Jose Lopes – PEB – 1 - Canaa - 90 - 31/01/2018 A 30/04/2018 - 172

Secretaria de Estado de Saude, 10584498 Genianne Cristine Costa Silva – EPGS – 2 - Patos de Minas - 15 - 25/01/2018 A 08/02/2018 - 158.1

Secretaria de Estado de Defesa Social, 10801611 Geraldo Cesar Sousa e Silva – ANEDS – 2 - Carmo do Paranaíba - 1 - 17/01/2018 A 17/01/2018 - 158.1, 11347028 Sileide Pena Carvalho – ASP – 2 - Patrocínio - 30 - 29/01/2018 A 27/02/2018 - 158.1, 11425741 Marcos Antonio Martins – ASP – 1 - Patos de Minas - 15 - 06/02/2018 A 20/02/2018 - 158.1, 12453999 Marina Alves Machado – ANEDS – 1 - Patos de Minas - 4 - 26/01/2018 A 29/01/2018 - 158.1, 12627980 Isabel Cristina de Paula Costa – ASESD – 2 - Presidente Olegario - 7 - 02/02/2018 A 08/02/2018 - 158.1, 12798492 Fernanda Braga dos Santos – ASP – 2 - Carmo do Paranaíba - 15 - 07/02/2018 A 21/02/2018 - 158.1, 13723846 Hudson Marra Ribeiro – ASP – 1 - Patrocínio - 1 - 25/01/2018 A 25/01/2018 - 158.1, 13761846 Henrique Leles Moreira – ASP – 0 - Carmo do Paranaíba - 3 - 05/02/2018 A 07/02/2018 - 158.1, 13787973 Laura Resende Mattos – ANEDS – 1 - Patos de Minas - 7 - 07/02/2018 A 15/02/2018 - 158.1, 13800610 Filipe Augusto Soares Amorim – ASP – 1 - Patos de Minas - 2 - 02/02/2018 A 03/02/2018 - 158.1, 14405047 Marcos Vinicius Martins Soares –ASP – 1 - Presidente Olegario - 18 - 25/01/2018 A 11/02/2018 - 158.1, 14444285 Daniel Fernando Rodrigues – ASP – 1 - Patrocínio - 5 - 31/01/2018 A 04/02/2018 - 158.1, 14455364 Nathalia Ribeiro Silva – ASP – 1 - Patrocínio - 5 - 31/01/2018 A 04/02/2018 - 158.1, 14501837 Diego Lima Vieira – ASP – 0 - Patrocínio - 15 - 08/02/2018 A 22/02/2018 - 158.1

, 10785764 Jose Carlos Pacheco – AGSE – 3 - Patos de Minas - 7 - 01/02/2018 A 07/02/2018 - 158.1, 12767216 Robson de Oliveira – AGSE – 2 - Patos de Minas - 2 - 30/01/2018 A 31/01/2018 - 158.1, 13950928 Nathalia de Sousa Ferreira – ANEDS – 1 - Patos de Minas - 7 - 09/02/2018 A 15/02/2018 - 158.1

IEF-Instituto Estadual de Florestas, 10207538 Esmeraldino Duarte Cambraia – AUMB – 1 - Lagamar - 1 - 07/02/2018 A 07/02/2018 - 158.1

IMA-Instituto Mineiro de Agropecuaria, 10093524 Ivone Vieira Marcondes – FISCA – 1 - Patrocínio - 9 – 07/02/2018 A 15/02/2018 - 158.1, 10173417 Edvar Pereira Borges – FISAG – 1 - Patrocínio - 45 - 07/02/2018 A 23/03/2018 - 158.1

Fica retificada a licença para tratamento de saúde concedida ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), de acordo com o Decreto 46.061 de 10/10/2012.

Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Retificação
Secretaria de Estado de Educacao 28º SRE - Patos de Minas, 03781788
Maria Margaret Pedroso – ATB – 1 - Onde se Lê: 5,18,01.2017,22.01.2017,62/2018,MG 16.01.2018 - Leia-se: 5,18.12.2017,22.12.2017

Secretaria de Estado de Defesa Social, 13194428 Marcio Antonio da Silva – ASP – 2 - Onde se Lê: 29.04.12.2017,01.01.2018,4197/2017,M G 08.12.17 - Leia-se: 60,04.12.2017,01.02.2018

Exames de Pré-Admissional INAPTO, do(s) candidato(s) abaixo:
CPF NOME LOCALIDADE
Secretaria de Estado de Educacao Belo Horizonte - Sede, 04917837600 - Aline da Silva Roquete -

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei nº 869/52, combinado com o Decreto nº 46.061 de 10/10/2012, e/ou afastamentos do trabalho por motivo de Saúde nos termos da resolução SEPLAG nº 119/2013.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Secretaria de Estado de Educacao 28º SRE - Patos de Minas, 08914475
Meriluze Pereira – ASB – 3 - Patos de Minas - 2 - 01/02/2018 A 02/02/2018 -

Secretaria de Estado de Defesa Social, 1126841